



BRASIL AGORA



ANO I Nº 12

13 A 26 DE ABRIL DE 1992

CR\$ 2.000,00



METALÚRGICOS
Em discussão acordo com montadoras

PÁGINAS 6 E 7



PERU
Um golpe neoliberal

PÁGINA 12

TEATRO
O Rei do Brasil dá muito o que falar

PÁGINA 14



GANZER
A Igreja ajudou no caminho do lutador

PÁGINA 16



QUE TUCANAGEM!

Collor tentou, mas ainda não conseguiu capturar o PSDB, um partido cheio de governistas enrustidos. Resta saber qual o próximo lance do presidente.

PÁGINAS 8 E 9

INÉDITO: Brasil Agora publica trecho de Avante, soldados, para trás, vencedor do Prêmio Casa das Américas

Venezuela e Peru: neoliberalismo é isso aí...

Primeiro eles dão um golpe militar. "Desenvolvem" o país, à custa do suor e sangue do povo. Um dia consideram chegada a hora da democracia. Mas uma democracia relativa, onde os de cima continuam a valer mais que os de baixo.

Depois, eles conspurcam a democracia, fazem da corrupção um meio de vida, se locupletam e exploram à vontade. Implantam um novo credo, o neoliberalismo: abrem fronteiras, privatizam as estatais, beneficiam o grande capital.

Semeiam a desesperança e o descrédito no povo, ao mesmo tempo em que chamam de "radicais" quem avisa que o caminho leva ao precipício. Quando o povo está cansado, difundem que a culpa é da democracia, das instituições apodrecidas e corrompidas. E dão novos golpes militares.

Esta é a história do Peru, da Venezuela, da América Latina. É também a nossa história. Que não se repita aqui (sobre o golpe de Fujimori, leia artigo na página 12).

É por isso que nos preocupa a aproximação do PSDB ao governo Collor,

patrocinador de uma política econômica muito mais criminosa do que os pequenos *magris* que infestam a vida pública. Embora não chegasse a um acordo para participar do governo, a cúpula do PSDB inclina-se para dar sustentação a Collor. Cerramos fileira com os tucanos que resistiram ao adesismo, e nas batalhas políticas e eleitorais que virão. A "tucanagem" é o tema de capa desta edição (páginas 8 e 9).

Em busca de saídas para a crise, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo apresentou propostas de reestruturação do setor automobilístico. A primeira rodada de negociações entre trabalhadores, montadoras e governo resultou num polêmico acordo, que **Brasil Agora** explica nas páginas 6 e 7.

Ainda nesta edição: o *Rei do Brasil* (página 14) e um trecho inédito do romance *Avante, soldados, para trás* - premiado pelo concurso da Casa das Américas (página 15).

O EDITOR

ILUSTRANDO A CAPA, UM REFORÇO PARA BRASIL AGORA. O CHARGISTA CHICO CARUSO.

OPINIÃO

Quem é "selvagem"?

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Aparecido José Dias, divulgou em Brasília, dia 25 de março, o levantamento anual que a entidade faz sobre a violência praticada contra os povos indígenas no país. Os dados, registra o documento, são assustadores. "Primeiro, (porque) continuam crescendo. Segundo, porque tantas agressões, das mais variadas, são uma afronta à dignidade dos povos indígenas e colocam em risco a existência de alguns deles. E terceiro, porque são ações que poderiam ter sido evitadas com providências como a demarcação das terras, a retirada dos invasores e a assistência preventiva, entre outras."

Por causa de dificuldades na coleta de informações, o levantamento do Cimi não é exaustivo, "mas uma mostra representativa do cotidiano indígena", em 1991. Um cotidiano sangrento, macabro, de assassinatos, suicídios, epidemias e muitos outros tipos de agressões.

TERRA. Os motivos de tanta violência, nota o levantamento, estão ligados principalmente à questão da terra. No Brasil ainda não se respeita integralmente o direito constitucional que os povos indígenas têm sobre as terras que tradicionalmente ocupam, eles que ocupavam todo o território brasileiro até a chegada dos europeus no Brasil em 1500. A violência praticada contra os Makuxi da Área Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, ilustra a mentalidade genocida das elites brasileiras. Para início de conversa, os poderosos locais sequer reconhecem os Makuxi como índios. Chamam-nos de "caboclos", tentando reviver uma época em que os índios eram serviçais em suas fazendas, aliás localizadas no interior do território indígena.

A área indígena Raposa/Serra do Sol é onde ocorre o maior número de violências hoje, justamente porque os índios estão reagindo às invasões desses fazendeiros, que ali mantêm 180 posses e três povoados que dão apoio logístico a milhares de garimpeiros que invadiram a região depois de terem sido expulsos da terra dos Yanomami. Os garimpeiros estão instalados principalmente nos rios Quinô, Maú e Cotingo. Contaminam suas

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM 1991

ASSASSINATOS	27
SURTOS/EPIDEMIAS	33
MORTES EM SURTO/EPIDEMIA	206
OUTRAS MORTES	15 (1)
AMEAÇAS DE MORTE	14 (2)
MORTES EM ACIDENTE DE TRÂNSITO	10
OUTRAS AGRESSÕES/PESSOA	16 (3)
TENTATIVAS DE HOMICÍDIO	9
PRISÕES ILEGAIS	14
SUICÍDIOS	21
AGRESSÕES FÍSICAS	30
CONSTRANGIMENTOS ILEGAIS	9
INVASÕES DE GARIMPEIROS	6
INVASÕES DE MAD/FAZ/POSSEIROS	16
OUTRAS AGRESSÕES/PATRIMÔNIO	34

FONTE: CIMI/CNBB

(1) FORAM 15 MORTES POR FALTA DE ATENDIMENTO MÉDICO, DE ASSISTÊNCIA ADEQUADA E POR DESNUTRIÇÃO, ENTRE OUTROS MOTIVOS.

(2) OS 14 CASOS IMPLICARAM AMEAÇAS CONTRA 12 ÍNDIOS E SETE COMUNIDADES.

(3) ESTÃO INCLUÍDAS EM OUTRAS AGRESSÕES/PESSOAS OS CASOS DE ATROPELAMENTOS, DE MORTES POR OMISSÃO, DE PROSTITUIÇÃO, ESTUPROS E OUTROS.

águas, provocam desmatamentos, disseminam a malária (houve 500 casos de malária entre os Makuxi, no ano passado, com oito mortes), estupram mulheres indígenas, fazem ameaças de morte e cometem assassinatos. O Makuxi Abel do Carmo Santos foi morto a machadadas em um garimpo e o corpo de outro Makuxi, Geraldo Mendes, foi encontrado amarrado nas águas do rio Maú, com um furo na testa, outro abaixo do ouvido e um terceiro na garganta, provavelmente marcas de tiro.

AÇÃO POLICIAL. Fazendeiros e garimpeiros contam com o apoio explícito do governador Ottomar de Souza Pinto, cuja polícia militar invade a área praticamente todas as semanas. Sempre para defender os interesses dos invasores, que impedem os índios de construir, caçar, pescar e plantar em suas próprias terras. Os Makuxi da Maloca Bismarck, por exemplo, foram impedidos por policiais de construir uma escola e algumas casas.

No levantamento do Cimi, as doenças são classificadas entre os tipos de violência exatamente porque sempre estão associadas às invasões dos territórios indígenas. Os Yanomami, cujas terras estão sendo

demarcadas pelo governo federal, continuam sendo as maiores vítimas. De acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde, os Yanomami sofreram, em 1991, dez surtos/epidemias, principalmente de malária, em número de 6.788 casos, com 79 mortes. Aquele povo foi vítima também de 12 casos de leishmaniose visceral, 26 casos de leishmaniose cutânea, 42 ocorrências de tuberculose, 1.102 casos de conjuntivite, 1.035 gastroenterites, 934 casos de desnutrição, 1.622 de afecções de pele e 1.947 infecções respiratórias agudas.

Segundo o Cimi, nenhum programa de assistência médica resolverá o problema das doenças que afetam as comunidades indígenas, enquanto os seus territórios não estiverem livres dos invasores, os responsáveis pela manutenção do círculo vicioso das moléstias.

E certamente os índios continuarão sofrendo violências e perecendo como moscas, enquanto os brasileiros não tomarem consciência de que os problemas dos índios são problemas seus. Que a violência que vitima os índios é a mesma que afeta os aposentados e os meninos de rua, por exemplo.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ,
Editor do jornal *Porantim*, de Brasília

OPINIÃO

O PASSADO NO LIXO

Fica só melancolia, ao ver-se a pressa de Hélio Jaguaribe em aceitar o cargo no governo, ou ao ver-se a insistência de Fernando Henrique Cardoso em comandar, de perto ou de longe, a complicada quadrilha do PSDB em sua aproximação com um governo autoritário e desmoralizado como este.

Desde muito o paço cortesão exerce uma atração assaz desfaçatada sobre facções enormes de nossa intelectualidade, que volta e meia não têm pudor em manifestá-la. Pois o grande Alencar não ocupou a pasta da Justiça no Ministério golpista e conservador de julho de 1868, quando D. Pedro II destituiu o Ministério liberal para poder entregar o comando do Exército Nacional e da Guerra ao Duque de Caxias? É a atração fatal pela vertigem do laboratório - o pôr em práticas "minhas" idéias - somada ao desejo que seu brilho, por si só, ponha a casa em ordem, num ponto nodal onde ilusão, sapiência, má-fé, esperteza e ignorância se misturam.

Assim como Alencar, em seus campos específicos Jaguaribe e Cardoso serão bibliografia obrigatória, por sobre seus feitos do momento. Um renunciou a tudo - cargo na Executiva, carteirinha do partido - renunciando a revoada mais geral de tucanos para a gaiola dos ovos de ouro em que vai se transformando o governo; outro vai ajudando a rasgar o partido - destruído entre o apelo eleitoral, o apelo à coerência de opositoristas, e o namoro com a Esplanada

dos Ministérios e com as verbas que o partido teria "à disposição", como meio de caçar uma aventura eleitoral. Corre que o governo poria as verbas de ação social nas mãos do partido; talvez o Itamarati para Fernando, o que não seria na verdade equivalente a pôr nas mãos do PSDB a política externa, pelo menos em seu filé e osso que estão nas mãos do ministro Goldemberg e de Marcílio Marques Moreira. Pergunta-se: por que querer trocar tanto por tão pouco?

Talvez porque não haja muito mesmo a ser trocado.

Desde sua eleição o governo Collor se caracterizou pelo desrespeito ético. Sabemos que uma vida intelectual, freqüentemente, é marcada pelo desprezo ao povo e aos subalternos, vistos como bárbaros incultos e basbaques. Do adesismo à falta de compromisso ético é apenas um pequeno passo - especialmente se ele levar a uma implosão das alianças do partido pela esquerda, o que vinha se desenhando para as próximas eleições.

Há males que vêm para bem. Quem sabe o autor de *Problemas do desenvolvimento latino-americano* possa nos brindar com um "A catástrofe da rampa", já que vem sendo acusado de catastrofista; e o autor do memorável *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* possa nos brindar com um "Capitalismo e servidão no Planalto Central".

CAMPOS LEÃO



UNIDADE CUTISTA

Apenas uma semana após o nascimento da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, foi a vez dos bancários. Cerca de 415 delegados, representando 57 sindicatos, 5 federações e aproximadamente 500 mil trabalhadores, deram início à construção da sua Confederação Nacional.

Por expressiva maioria de votos, foi definido que a Confederação dos Bancários será filiada à CUT, mas não se definirá como uma instância orgânica da Central, ao contrário, neste ponto, do que foi aprovado no Congresso Nacional dos Metalúrgicos em relação à sua Confederação.

Os sindicatos podem ou não filiar-se a ela. Será realizado um congresso no primeiro semestre de 1993 para definir os estatutos da nova estrutura e eleger sua direção.

A criação da Confederação Nacional pode ser um fato decisivo. A negociação em separado com os bancários do setor privado e público tem sido sempre uma arma decisiva dos banqueiros unificados na Febraban. Os eixos centrais da campanha nacional dos bancários este ano, com data base em setembro, serão a luta pelo contrato coletivo de trabalho e a denúncia do sucateamento dos bancos públicos. Pretende-se intervir, a partir de uma proposta própria, na regulamentação do artigo 192, que regulará o sistema financeiro.

ACORDOS E POLÊMICAS. A partir de um acordo com as teses inscritas, foi apresentado aos delegados um texto registrando os pontos comuns: propostas de reivindicação e participação das mulheres, temas relativos à saúde no trabalho, balanço da gestão anterior, propostas para a reorganização do sistema financeiro.

Com mais de 60% dos votos, foi derrotada a proposta de uma campanha pelo fim imediato do governo Collor e pela realização de eleições gerais.

Aprovou-se a proposta de indicação de filiação à CIOSL, com os votos favoráveis da Articulação e contrários da CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista e Força Sindical. A corrente Unidade Sindical se absteve.

Três chapas apresentaram-se para compor a direção. A Articulação Sindical, com 61,2% dos votos (nove cargos); a Chapa 2, composta pela CUT pela Base, Convergência Socialista e Força Socialista, com 24,32% (quatro cargos) e a Corrente Sindical Classista, com 14,48% (dois cargos).



Confederação em tempo de transição

As linhas de renovação e tradição ficaram claras no Congresso de Caracas

O 15º Congresso da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), realizado em Caracas entre os dias 17 e 24 de março, revela as profundas mudanças no mundo sindical desencadeada com a ruína dos regimes do Leste. Com a crise agônica da Federação Sindical Mundial (FSM), a CIOSL potencializou enormemente a sua capacidade de polarização.

BENEFICIÁRIA. A comissão de credenciamento do Congresso de Caracas registrou a presença de um total de 155 organizações sindicais, vindas de 109 países e territórios, aglutinando um total de 99 milhões de membros cotizantes. Participaram 328 delegados e 134 observadores de organizações filiadas.

A CIOSL emerge, em primeiro lugar, como de longe a força sindical mais representativa nos países capitalistas desenvolvidos. Com a filiação recente da poderosa central italiana CGIL, resta apenas a CGT francesa como central mais expressiva, cujo curso não é o de filiação. As *Comisiones Obreras* espanholas já vêm debatendo a filiação.

É a CIOSL também quem se beneficia do novo quadro no

Leste Europeu. Do 15º Congresso já participaram com delegados e votos as centrais da Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, além do Solidariedade polonês.

A nova situação tem favorecido igualmente a inserção da CIOSL - e sua regional Oriente na América Latina. A Fenastras salvadorenha filiou-se. No último congresso da CUT chilena, a maioria votou a favor da filiação, embora não tenha se registrado a maioria de dois terços necessária à decisão. A Central paraguaia está em processo de filiação. De centrais mais fortes, participaram com delegados apenas a argentina (CGT), a mexicana (CMT), a venezuelana (CTV). O PIT-CNT uruguaio, a CUT colombiana, a CGT peruana, a COB boliviana permanecem de fora do quadro da CIOSL.

DINÂMICAS DA TRANSIÇÃO. Se novas tradições sindicais e uma representatividade renovada têm afluído à CIOSL, é verdade também que está longe de ser residual o peso da tradição de uma central construída há décadas nos marcos da polarização ideológica com o Leste.

O manifesto "O papel da CIOSL na construção de uma



nova ordem democrática", aprovado no 15º Congresso, tem uma conotação otimista tipicamente primeiro-mundista: "Estão desaparecendo os vestígios do colonialismo e a época da confrontação entre o totalitarismo e a democracia está chegando ao fim. As ditaduras que restam estão em retrocesso, ainda que todavia não esteja assegurada a vitória da democracia. A crescente interdependência política, ambiental, econômica e social obrigam as nações do mundo e seus povos a ampliar e desenvolver a cooperação internacional".

A correlação de forças entre as correntes é basicamente favorável ao chamado "sindicalismo de participação" europeu, que elegeu o italiano Enzo Friso para o cargo decisivo de secretário-geral da CIOSL. Mas a força do chamado "sindicalismo de negócios" americano, capitaneado pela AFL-CIO, continua polarizando e influente. Com seu poder econômico, a AFL-CIO tem aberto escritó-

rios no Leste e disputado a influência com os europeus.

As marcas do período da "guerra fria" também não desapareceram. Por unanimidade, o Congresso da CIOSL acolheu a filiação da Força Sindical de Luis Antonio Medeiros. A CGT de Magri se fez representar neste Congresso com oito delegados, afirmando representar quatro milhões de trabalhadores brasileiros. Mas a CIOSL seguramente vetaria a filiação dos Trabalhadores Cubanos e muito provavelmente a da Central Sandinista dos Trabalhadores.

Talvez seja esta confluência instável entre o peso da tradição e a renovação da representatividade da CIOSL que torna o posicionamento frente a ela particularmente polêmico. A CUT, que deverá votar a filiação ou não à CIOSL em plenária nacional em julho, assistiu ao 15º Congresso como observadora, com uma bancada de cinco membros, tendo Jair Meneguelli à frente.

JUAREZ GUIMARÃES

PETRÓLEO

Campanha contra privatização

Petroleiros mobilizam contra fim do monopólio e em defesa da Petrobrás

O Congresso Nacional está na iminência de decidir sobre a extinção do monopólio estatal no setor petrolífero, como prevê o Emendão do governo Collor. Para tentar impedir o fim do monopólio, os Sindicatos dos Petroleiros de Campinas/Paulínia e de São Paulo estão intensificando uma campanha nacional, com o objetivo de esclarecer a opinião pública sobre os principais efeitos dessa medida para a economia brasileira.

"Os maiores beneficiados com a extinção do monopólio estatal do petróleo do Brasil são as grandes corporações transnacionais que já dominam o setor em nível internacional", afirma Wilson Santarosa, presidente do Sindipetro de Campinas/Paulínia. Atualmente, as atividades de pesquisa e extração de petróleo movimentam

cerca de US\$ 460 bilhões/ano. Na área de distribuição e comercialização dos derivados de petróleo, há um movimento anual de US\$ 1,8 trilhão, ou 34,6% do PIB dos Estados Unidos. O Primeiro Mundo é responsável por 75% do consumo, e apenas seis grandes corporações, conhecidas como as "seis irmãs" (Shell, Exxon, BP, Mobil, Texaco e Chevron), controlam a maior parte do fluxo de petróleo no planeta.

OLHO GORDO. Santarosa nota que, no momento, os Estados Unidos, principalmente, estão atravessando sérios problemas no setor. Em função da prolongada recessão e do aumento da pressão pelos grupos ambientais, os EUA estão perto de fechar várias refinarias. Além disso, os índices médios de produção de petróleo estão caindo

substancialmente (hoje eles produzem 12,5 barris/dia por poço, contra 66 barris/dia no Brasil). Isso faz com que os interesses norte-americanos voltem-se para países como o Brasil, onde o setor ainda é controlado pelo Estado, observa Santarosa.

SERGIPE SAI NA FRENTE

A primeira grande manifestação contra o fim do monopólio estatal sobre o petróleo aconteceu sexta-feira, 3 de abril, em Aracaju (SE). O ato, um showmício, foi convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo de Sergipe e contou com a participação, entre outros, do ex-deputado Euzébio Rocha, autor da lei que criou a Petrobrás.

Com o virtual fim do monopólio será destruída a Petrobrás, que é hoje a 12ª empresa do mundo no setor, com um faturamento bruto de US\$ 20,47 bilhões, lucro líquido de US\$ 1,3 bilhão e patrimônio de US\$ 12,147 bilhões. A produção nacional do petróleo, assinala Wilson Santarosa, possibilitou uma economia de divisas de US\$ 58 bilhões entre 1980 a 1990. Esse volume resulta da diferença (hoje em torno de US\$ 4) entre o preço do barril produzido no Brasil e o do barril negociado no mercado internacional. "A elevação do preço dos combustíveis será uma consequência imediata do fim do monopólio estatal no setor", acrescenta Santarosa.

PEDRO JOSÉ MARTINS,
de Campinas



MILTON POMAR

LEI DOS CULTIVARES

Teremos que pagar para plantar?

Podem sair do Congresso leis que privatizam semente e dão royalties a multinacionais

Dentro de poucos dias deverá estar chegando ao Congresso o anteprojeto de lei, elaborado pelo Ministério da Agricultura, que institui o "direito" de proteção de cultivares, atendendo diretamente aos interesses do capitalismo mundial, representado pelos grandes conglomerados empresariais integrantes do "agrobusiness", em um sério atentado à segurança alimentar do povo brasileiro.

O assunto é grave, e relativamente desconhecido, mesmo entre técnicos e dirigentes políticos de esquerda. O capitalismo quer receber royalties pela utilização de seres vivos modificados artificialmente, com patentes para esses "novos" seres, o que lhe garante remuneração por 10 a 20 anos, pelos "inventos". E não é só isso. Quer patentear também pedaços de seres vivos, que tenha isolado e identificado - o que contraria até a própria concepção de patentes -, inclusive do próprio homem.

Segundo notícias publicadas na imprensa européia (e divulgadas no Brasil pela ASPA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), o governo dos EUA teria solicitado patentes para mais de 2 mil gens do cérebro humano! Garantidas as patentes nesse caso, o governo americano receberia pagamento por qualquer utilização dada a um desses gens.

A estratégia do governo federal para a Lei dos Cultivares inclui, primeiro, aguardar

a aprovação da Lei das Patentes (anteprojeto de lei 824/91, sobre a propriedade industrial, também de iniciativa do Executivo), prevista para maio, e só então entrar com o anteprojeto na Câmara.

A futura Lei das Patentes trata de fármacos, química fina, alimentos processados e biotecnologia e, a exemplo da dos Cultivares, está em sintonia com as diretrizes mundiais do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e do FMI. São mercados de muitos bilhões de dólares em todo o mundo, dominados por poucas empresas gigantes - Rhodia, Shell, ICI, Ciba-Geigy, Sandoz, Pfizer etc.

PRIORIDADE. Projeto do Executivo, a Lei das Patentes recebe tratamento prioritário no Congresso, tendo tramitação rápida e direito a Comissão Especial - presidida por Alberto Goldman, com a petista Sandra Starling como 1ª vice, e notáveis defensores das causas populares entre os seus integrantes: Roberto Campos, Ibrahim Abi-Ackel, José Maria Eymael, Roberto Cardoso Alves. Recebeu 689 emendas e deverá ser votada em maio, havendo a expectativa de que atenderá aos interesses do "livre mercado" praticado pelos EUA (a visita do vice-presidente Dan Quayle ao Brasil incluiu esse assunto na pauta de conversações).

Há a esperança de que a parte referente a modificações artificiais em plantas (artigo 18, parágrafo 1º - propõe o paten-



Sementes deverão pagar "royalties"

e a proibição das associações e cooperativas multiplicarem as sementes, obrigando os agricultores a comprarem sempre das grandes empresas;

2) Reeditar o "pacote" da Revolução Verde dos anos 70, produzindo sementes que necessitem de agrotóxicos (a redução do número de variedades aumenta a vulnerabilidade das espécies a pragas e doenças);

3) Liquidar a pesquisa estatal de sementes (aqui no Brasil existem instituições respeitadas, como o Instituto Agronômico de Campinas, IRGA, Iapar, Empasc, Empamig, os Centros Nacionais da Embrapa e muitos outros - responsáveis pela geração de centenas de novas variedades de plantas, resistentes a doenças, mais produtivas - que serão sucateados).

teamento de microorganismos, processos microbiológicos e os produtos delas resultantes) seja jogada para a Lei dos Cultivares. Assim haveria mais tempo para o esclarecimento e mobilização da sociedade, sobre o real significado desse patenteamento da vida. A complexidade do assunto inclui nada menos que as dezenas de milhares de espécies de seres vivos não pesquisadas, da Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, e todas as "mágicas" possíveis através da utilização da biotecnologia.

Aprovada como está proposta no anteprojeto, a Lei dos Cultivares será uma paulada principalmente para os pequenos agricultores. Os melhoramentos genéticos introduzidos em sementes de arroz, feijão e milho, por exemplo, serão cobrados na forma de royalties, mesmo em seus países de origem. E essas grandes empresas vão além: querem se apropriar dos organismos vivos, identificá-los cientificamente, catalogá-los e guardá-los em bancos! (chamados de bancos de

OS EFEITOS

Algumas consequências dessa privatização em escala mundial:

1) Monopólio do mercado de sementes pelas grandes empresas, também produtoras de agrotóxicos, com o conseqüente desaparecimento das empresas autônomas de pequeno porte

germoplasma), podendo transformá-los através de biotecnologia quando bem entenderem.

MANOEL ALVAREZ
São Paulo, SP

PETROFLEX

UM LEILÃO BEM PODRE

Com o lançamento pela CUT de uma campanha para obtenção de 1 milhão de assinaturas de apoio ao projeto de iniciativa popular contra a lei 8.031/90, que trata das privatizações, o processo de entrega das estatais passa a ter um enfrentamento nacional organizado. Mas, uma semana antes do lançamento ocorrido em Volta Redonda dia 10, o Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo (Sindipólo) havia recolhido mais de 5 mil assinaturas na Esquina Democrática, centro de Porto Alegre.

A antecipação do Sindipólo deve-se ao leilão de privatização da Petroflex, marcado para o dia 10. A diretoria do Sindipólo ajuizou, junto com 21 parlamentares, uma ação popular contra essa privatização. Assinada pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP), por deputados do PT, PSB, PDT, PMDB, PCdoB e PPS, pelo prefeito e vice de Porto Alegre, Olívio Dutra e Tarso Genro, a ação baseia-se em cinco argumentos.

O primeiro é o preço inicial - US\$ 180 milhões - bem abaixo do fixado pelas empresas de consultoria (US\$ 250 milhões). Os trabalhadores asseguram que ela vale no mínimo US\$ 350 milhões. Outro é a transferência para a iniciativa privada do monopólio da fabricação da borracha sintética (usada em pneus). Além disso, há o impacto da separação dos setores petroquímico (que seria privatizado) e petrolífero no futuro da Petrobrás, o uso de "moedas podres" (títulos públicos e papéis desvalorizados) e a institucionalidade da lei 8.031.

A ação está na 9ª Vara Federal, mas até o dia 7 a juíza Marga Tessler ainda não havia se manifestado se concedia a liminar suspendendo o leilão marcado para a Bolsa de Valores do Rio. Há uma ação semelhante contra a privatização da Copesul, a central de matérias-primas do Pólo de Triunfo. No Congresso Nacional, o deputado Raul Pont (PT-RS) tenta aprovar um projeto que exclui a Copesul da relação de empresas privatizáveis. O leilão da Copesul está marcado para 15 de maio.

JOSÉ LIMA,
de Porto Alegre



CE/US

A APOSTA

Com uma estratégia ousada e polêmica ...

A estratégia sindical de São Bernardo, que retirou da defensiva uma categoria encurralada pelas tenazes da recessão e a projetou no cenário nacional, provocou adesões entusiasmadas e críticas agudas à esquerda e à direita.

O primeiro motivo da polêmica foi a idéia, amplamente reiterada entre políticos e conservadores, de que a recessão havia afinal imposto o pacto social aos dirigentes sindicais do ABC, proeza que nem mesmo a ditadura militar havia conseguido. A impressão de que as lideranças do ABC haviam trocado salário por emprego, isto é, teriam aberto mão de lutar por uma reposição de 220% para cobrir perdas acumuladas, aparentemente só confirmaria essa versão.

A impressão, no entanto, apoiava-se em falta de informação ou informação distorcida. De fato, a reposição não constava no protocolo do Acordo por dizer respeito apenas ao setor automotivo e ser de caráter nacional. Mas já estava acertada em Brasília e na segunda-feira da semana seguinte entrava em curso a sua negociação.

A proposta do Sindicato de São Bernardo, desde o início, havia sido a de alinhar os reajustes ao nível salarial das montadoras (com perdas de 35%, que com o reajuste mensal previsto no protocolo do Acordo cairia para 12%).

A proposta de reposição, pelo acordo feito com a Fiesp no dia 7 de abril, prevê um reajuste de 157%, tomando como base o salário de dezembro, parcelado em três vezes. Já para o mês de abril os metalúrgicos têm garantido um reajuste estimado em 107% (70% de reposição, mais a inflação de março, prevista em 21%). Assim, ele se aproxima basicamente da reivindicação desde o início apresentada pelos dirigentes de São Bernardo.

O índice de reposição somado à garantia do nível de emprego por três meses (o que é diferente da estabilidade, mas previne contra demissões massivas) e o reajuste mensal de salário nos próximos três meses pelo índice médio do Dieese e Fipe (bem acima, portanto, da legislação salarial vigente) qualificam o Acordo. Realizado à ponta de faca, em uma situação defensiva, ele assegura por um período um patamar mínimo.

É importante ter em vista que os metalúrgicos do ABC enfrentam uma situação extraordinariamente adversa. Nada menos do que 27.425 postos de trabalho foram cortados na categoria, de fevereiro de 1990 - um mês antes da posse de Collor - a março de 1992. É como se uma empresa do porte da Volkswagen tivesse sido fechada.

CIDADE FANTASMA. Há onze anos a indústria automobilística vive em estagnação crônica: foram 960.126 automóveis produzidos em 1991 contra 1.165.174 em 1980. Os juros estratosféricos e a compressão dos salários, o desinvestimento e a política cartelizada de elevação dos preços dos carros estão transformando agora em queda livre o que era

estagnação. Ao impacto da recessão, soma-se o choque da implantação selvagem das novas tecnologias. A Volks produzia 1.100 carros com 40 mil trabalhadores; hoje produz o mesmo com 23 mil funcionários. A Ford Tratores transferiu sua unidade para Curitiba. A Ford Motores simplesmente fechou suas portas. Viajando a Detroit, nos EUA, Vincentinho viu um futuro possível para São Bernardo: dos 115 mil trabalhadores da Ford de lá, acossada pela concorrência japonesa, restam 13 mil.

ALTERNATIVA ESTRATÉGICA. Um segundo motivo da polêmica foi a compreensão de que o Acordo de Brasília já seria a conclusão de um processo, um ponto de chegada das negociações, dando ao negociado um

sentido estratégico. É exatamente o contrário: o fundamental está projetado para ser negociado no futuro.

O ponto mais importante do protocolo de Brasília, em geral pouco divulgado, é a perspectiva de implantação do contrato coletivo em primeiro lugar nas montadoras e, depois, generalizá-lo para a indústria de auto peças. O prazo final para as negociações do contrato coletivo está previsto para 31 de maio. Mas não há nenhuma garantia de que os empresários vão ceder neste ponto.

O caráter ofensivo das posições do Sindicato no Seminário realizado em Brasília, onde foi gestado o Acordo, está expresso claramente no fato de que 16 entre as 20 propostas mais consensuais entre os 78 itens discutidos foram lançados

O CAMINHO PARA OS TRABALHADORES NÃO É UM ACORDO QUE BENEFICIA OS EMPRESÁRIOS COM REDUÇÃO DE IMPOSTOS E FORTALECE O GOVERNO. É UNIR OS TRABALHADORES EM CAMPANHA ÚNICA CONTRA O GOVERNO, PELO ROMPIMENTO COM O FMI".

(TONINHO, PRES. SIND. METALÚRGICOS DE S. J. DOS CAMPOS)

"MUITOS DE NÓS FOMOS EXPULSOS DA TERRA E TOCADOS PARA A CIDADE. AGORA, QUEREM NOS EXPULSAR DAS FÁBRICAS E NOS JOGAR NO MERCADO INFORMAL. VAMOS FICAR DE BRAÇOS CRUZADOS?"

(VICENTINHO)

"É possível sair da crise sem recessão"

O projeto alternativo do sindicato contradiz o FMI e o governo, diz Vicentinho.

Menos de um mês depois da criação da Confederação Nacional, os Metalúrgicos da CUT dividem-se em plena campanha salarial. De quem é a responsabilidade? Faltou informação, coordenação?

Não. Não houve nenhum problema de comunicação. Todos os companheiros foram convidados desde o primeiro dia a participar deste processo de negociação. O problema é que alguns companheiros estão comprometidos com o próprio discurso, com a posição que adotaram - que embora respeite considero completamente equivocada - de não participar de nenhum fórum em que estejam governo, empresários e trabalhadores. Defenderam esta tese no Congresso da CUT e perderam; defenderam no Congresso dos Metalúrgicos da CUT e tornaram a perder. Todos foram convidados, insistimos mas não quiseram participar por esta definição. Não sei até quando numa realidade como a nossa vão sustentar esta definição.

Outra polêmica foi a mudança da data-base. Acho estranho: em 1990, todas as correntes, inclusive a Convergência, concordaram com a mudança da data-base sem conquista nenhuma. Agora, estamos com 35 mil carros estocados, férias coletivas e licença remunerada, ameaças de demissões... Não somos burros de entrar em greve em um momento como este. No fundo, a

idéia é acumular força com segurança.

Até que ponto é possível generalizar a aplicação das negociações em Câmaras Setoriais, sendo que a maioria dos sindicatos não acumulou força para participar de negociações tão complexas e, depois, fiscalizá-las?

Nem nós temos este poder total de fiscalizar. Queremos mais informação, queremos participar das decisões e que a sociedade seja fiscal de si própria. Muitas pessoas não entendem a importância desta iniciativa: estamos mexendo, questionando todo o poder econômico. E os empresários têm que esclarecer perante a sociedade se querem manter os seus lucros às custas de uma miséria cada vez maior da maioria.

Os sindicatos só estarão preparados se tiverem disposição política. Representarão melhor os trabalhadores quando, além da greve, da campanha, da luta, dialogarem com outros setores da sociedade e criarem infra-estrutura para isso. E a nossa disposição para contribuir é total, como a gente sempre contribuiu para o movimento sindical brasileiro.

Até que ponto o acordo feito até agora, em si, vence a recessão? Não há uma ilusão quando se divulga esta idéia?

Vai chegar uma hora, se todos os projetos seguirem na direção da pressão que estamos



Os metalúrgicos já foram bem pagos. Hoje lutam pela sobrevivência.

fazendo, que vai haver um choque frontal com a política do governo. Porque a indústria automobilística, embora muito importante, é apenas um setor da economia. Mas o projeto alternativo para a indústria automobilística que apresentamos contradiz toda a orientação do FMI e do governo. Queremos provar que é possível sair da crise sem recessão, distribuindo renda, garantindo o emprego, implantando o contrato coletivo de trabalho.

O contrato coletivo de trabalho é decisivo para nós. De fato, não aconteceu até agora um avanço na relação capital e trabalho. Mas pode ocorrer daqui para a frente, se conseguirmos vencer as resistências ao contrato coletivo. Tem muitos empresários na Fiesp que não estão concordando com o projeto.

Em que concepção você enquadra esta nova estratégia seguida por São Bernardo? Ela

se encaixa na concepção de um sindicalismo de negócios ou de participação?

A nossa concepção surgiu no seio do debate da Articulação Sindical, que entende o sindicato não como um partido político e nem como instrumento de administração do capital. O sindicato pode, pluralmente falando, desenvolver um processo primeiro que aumente a capacidade política dos trabalhadores e faça evoluir a sua consciência socialista.

Enquanto cidadãos, defendemos uma sociedade socialista, fraterna. Mas o sindicato não é só dos revolucionários: temos que ter a capacidade de revolucionariamente unir toda a classe e não segregá-la.

E a ação do sindicato, temos certeza, vai neste rumo. Há doze anos, tínhamos 34 mil sindicalizados. Hoje, apesar da crise, temos 80 mil. Devolvemos o imposto sindical, a contribuição assistencial.

Em julho, realizaremos uma vigília a favor da reforma

agrária com os trabalhadores rurais. Temos uma aliança com o movimento popular, na qual discutimos a questão da mulher, a discriminação do negro, a ecologia, a violência contra as crianças. Temos um jornal diário e uma revista trimestral. Estamos lutando pelo direito de ter uma rádio e um canal de televisão.

Temos um investimento muito forte em formação. Hoje, a teoria marxista, a história de Lênin, da revolução na URSS, na China, na Nicarágua e em Cuba não é uma coisa só dos intelectuais. É um debate feito com os trabalhadores. Como também a história do Brasil. Do mesmo jeito que nós respeitamos os nossos líderes do passado, nós respeitamos a Maria e o José. Nós acreditamos na capacidade revolucionária deste povo. É por isso que não há nenhum problema em realizar uma vigília como a que realizaremos.

(J.G.)

DO ABCD

... metalúrgicos tentam furar o cerco da recessão.

pelos trabalhadores. A alternativa estratégica dos trabalhadores está integralmente exposta na brochura editada pelo Sindicato com o nome *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro - As propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial*.

Ela abarca sete temas articulados: uma política de redução de preços que viabilize a retomada das vendas e estimule a produção; a determinação de um novo mix de produção, com prioridade para os veículos populares, coletivos e utilitários; o condicionamento dos incentivos às exportações ao objetivo de crescimento do emprego e recuperação do poder aquisitivo; uma política gradualista e seletiva de rebaixamento das barreiras impostas às importações, negociada com os trabalhadores; uma

nova política de financiamento à compra de carros e tratores; fixação de metas para a recuperação da produção e do emprego (em doze meses voltar ao nível de produção de 1980 e expansão paralela do emprego através de gradual redução de jornada de trabalho); retomar os níveis salariais de 1982 em doze meses.

Juntas, essas proposições conformam uma espécie de alternativa anti-neoliberal para o ramo automobilístico. Para serem conquistadas, elas exigirão uma alteração profunda na correlação de forças em favor dos trabalhadores, o que inclui a derrota dos pilares do receituário neoliberal no país. Ao invés de um roteiro para um pacto social, elas indicam, pois, um caminho de uma prolongada queda de braços entre operá-

os, patrões e governo. E a tradição do patronato brasileiro não é cumprir acordos.

OTIMISMO E ILUSÕES. Um terceiro motivo de polêmica foram as ilusões e o otimismo apressado com que muitos fizeram eco ao acordo.

É bastante discutível a tese de que teria havido uma redução real da margem de lucro dos empresários. A redução dos preços de 22%, atenuada pela redução de 12% das alíquotas e do ICMS, dilui-se em uma série mais longa de preços, já que houve no último período uma elevação dos preços dos veículos, muito além da média inflacionária. O acordo prevê ainda que poderá haver reajustes de preços em decorrência de eventuais aumentos dos custos nestes três meses.

É bom lembrar que, pelos próprios cálculos do Dieese, as margens de lucro dos fabricantes pularam de 10,5% em 1986 para 25,2% em 1991.

É bastante incerto que a redução dos impostos seja compensada por um aumento correspondente das vendas. Além disso, a redução dos impostos foi feita linearmente, sem diferenciar modelos mais elitizados ou populares.

Os frutos do Acordo de Brasília, interpretados parcialmente pelo governo como um mero instrumento de controle de preços, estão inclusive sob disputa. O ministro Marcílio - hiper-fortalecido após a recente reforma ministerial - busca absorvê-lo. Empresários oportunisticamente procuram disseminar o remédio amargo da redução dos impostos como instrumento anti-recessivo.

NEGOCIAÇÃO E OPOSIÇÃO. A estratégia sindical de São Bernardo resume três apostas: ampliar o espectro da pauta de negociação; antecipar-se aos efeitos da crise, influenciando diretamente nas variáveis macroeconômicas de regulação do ramo automobilístico; transfor-

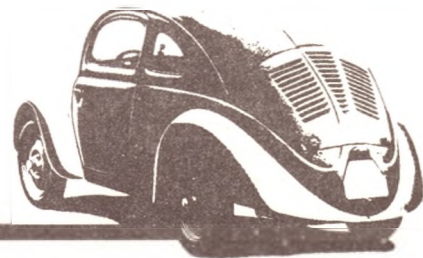
mar uma disputa sindical em uma negociação política aberta à sociedade.

Um salto, é certo, com inúmeros riscos e imprevisibilidades e que dificilmente pode ser generalizada para outras categorias.

Para alguns a iniciativa de São Bernardo pareceu inoportuna por abrir uma janela de negociação com o governo Collor.

Porém, a visão de que se está negociando não apenas *contra* o governo Collor mas *para além* dele está bem viva nas lideranças de São Bernardo. Um dos mais expressivos momentos da assembléia no dia 4 em São Caetano, na qual 5 mil metalúrgicos aprovaram praticamente por unanimidade a proposta do Acordo com reposição, foi quando Vicentinho abordou o que estava em disputa: "Muitos de nós fomos expulsos da terra e tocados para a cidade. Agora, querem nos expulsar das fábricas e nos jogar no mercado informal. Vamos ficar de braços cruzados? Queremos eleger Lula presidente, mas não para governar um país quebrado, um país falido".

JUAREZ GUIMARÃES



"PODE-SE ARGUMENTAR QUE A SITUAÇÃO É DIFÍCIL E QUE NÃO HAVIA OUTRA SAÍDA. MAS NESTE CASO SERIA MELHOR TRATAR O ACORDO COMO UM MOMENTO DE DEFESA DOS TRABALHADORES, UM RECUO CALCULADO".

(CARLOS EDUARDO DE CARVALHO)

"ENQUANTO CIDADÃOS, DEFENDEMOS UMA SOCIEDADE SOCIALISTA, FRATERNA. MAS O SINDICATO NÃO É DOS REVOLUCIONÁRIOS: TEMOS QUE TER CAPACIDADE DE UNIR TODA A CLASSE E NÃO SEGREGAR."

(VICENTINHO)

O ACORDO

I. MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO E GARANTIA DE SALÁRIO

1. A partir de 27.03.92 fica assegurada a manutenção do nível de emprego e garantia de salário, até 30.06.92.

2. A partir de 27.03.92 os salários serão corrigidos, mensalmente, pela média das variações dos índices do mês anterior (FIPE/DIEESE).

II. PRORROGAÇÃO DATA-BASE

A data-base de 01.04.92 fica prorrogada para 01.07.82, com início das negociações em 01.06.92.

III. CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

A partir de 27.03.92 serão iniciadas as discussões sobre o Contrato Coletivo de Trabalho, estendendo-se até 31.05.92.

IV. PREÇOS (AUTOMÓVEIS E COMERCIAIS LEVES)

1. A partir de 27.03.92, os preços serão

reduzidos em 22% (vinte e dois por cento), por 90 (noventa) dias.

2. Essa redução será alcançada da seguinte forma:

a) 12% (doze por cento) mediante a redução das alíquotas do IPI e do ICMS;

b) 7,5% (sete e meio por cento) mediante a redução das margens pelo Setor Produtivo, sendo 4,5% (quatro e meio por cento) pelas montadoras e 3% (três por cento) pelos fornecedores e auto-peças, através de uma redução de 5% (cinco por cento) nos preços das auto-peças;

c) 2,5% (dois e meio por cento) através da redução da margem de comercialização, pelos concessionários.

3. Durante esse período (90 dias), essa redução real (22%) será mantida, podendo haver ajustes em decorrência dos aumentos dos custos.

V. TRATORES, CAMINHÕES, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

1. A Secretaria Nacional de Economia iniciará imediatas gestões aos canais competentes para:

a) Suspensão do IPI nos insumos;

b) Financiamentos pelo FINAME (restabelecimento dos níveis);

c) Redução de carga tributária (ICMS).

2. Alcançados os objetivos do item anterior os preços serão proporcionalmente reduzidos.

VI. AVALIAÇÕES

1. De arrecadação tributária: quinzenalmente.

2. Setorial, pelo Grupo Coordenador: mensalmente.

VII. A proposta será submetida à avaliação dos trabalhadores, em assembléia especificamente convocada, visando a obter a sua aprovação, até 04.04.92.

Brasília, 27 de março de 1992.

Não devemos exagerar

Triunfo histórico ou acordo defensivo e questionável?

O acordo da automobilística suscita pelo menos quatro questionamentos de fundo: primeiro, as decisões não incluem medida alguma para a modernização do setor nem apontam caminhos para redefinir o seu perfil, ao contrário da alegada e desejável inovação de se ter os trabalhadores organizados interferindo nos rumos da indústria; segundo, as perdas recaem quase integralmente sobre as finanças públicas; terceiro, as montadoras cedem muito pouco, ou nada, o que derruba o argumento de que todas as partes teriam perdido um pouco para salvar um setor produtivo essencial para o país; e quarto, a reposição das perdas salariais ficou fora do acordo, mas a mudança na data-base foi posta como peça

essencial, abrindo um precedente perigoso para a luta pela recuperação dos salários reais.

A leitura do único documento assinado em Brasília causa espanto pelo tratamento vago e genérico dispensado a problemas tão complexos. Pode-se alegar que se trata de uma primeira etapa, um projeto de acordo. Mas por que nem ao menos mencionar o que está sendo negociado?

SILÊNCIO. A definição de um perfil adequado para a indústria automotiva brasileira, por exemplo, justificaria a tributação diferenciada, com maior redução de alíquotas nos carros mais baratos. Não há também referências à redução do protecionismo como instrumento de modernização do setor, algo que precisa

e deve ser feito, ainda que de forma diversa do que está em curso. O simples silêncio não é um triunfo da inércia das montadoras e autopeças?

Colocar a redução dos impostos como peça central do acordo é uma vitória importante dos liberais na disputa política e ideológica na sociedade. "Os preços podem cair se for contida a sanha tributária do governo", "menos impostos e mais salários", dizem eles demagogicamente há anos. Ao mesmo tempo, nos gabinetes negociam empréstimos públicos, subsídios, isenções. A novidade é que agora um sindicato como o de São Bernardo aceita o jogo, trocando impostos por emprego e salários.

É frágil o argumento de que a ampliação das vendas permi-

tirá que o setor público recupere sua receita, com alíquotas menores sobre uma base tributária maior. Os carros vinham sendo comercializados com descontos semelhantes às reduções de preços previstas no acordo, o que limita bastante os efeitos sobre as vendas.

CONDIÇÕES. Nada há de errado em reduzir tributos ou transferir recursos públicos para determinados setores da economia, mas desde que esse dinheiro aumente a produção e a arrecadação fiscal. E que haja compromissos de modernização tecnológica, maiores vendas ao exterior, além de outros objetivos de política industrial ou agrícola.

Tudo isso reforça a terceira questão: as montadoras abriram mão de quê, afinal de contas? Baixaram os preços para os níveis já oferecidos nas revendedoras com os descontos. Curiosamente, para o segmento de tratores, caminhões e ônibus fala-se apenas de redução de impostos, mas não de

preços. É apenas coincidência o fato de que nesse setor não havia descontos nas revendas? Além disso, mantém-se o direito de reajustar preços se houver pressão de custos. É verdade que por três meses as empresas estão obrigadas a manter o nível de emprego e a reajustar os salários todo mês pela inflação. Mas conseguem importante redução de impostos, pela qual lutam incansavelmente há muitos anos.

O sindicato não abriu mão das perdas salariais passadas, mas não por acaso foi isso que a imprensa difundiu a princípio, já que a proposta assinada silencia a respeito. A luta pela reposição das perdas tem sido fundamental nos últimos anos para defender os salários. Por que agora separá-la de um acordo em que se chegou a mudar a data-base, deixando sua discussão em outro foro (a Fiesp)?

Tudo isso não reduz em nada as importantes conquistas obtidas, em especial o compromisso sobre o contrato coletivo de trabalho, além da manutenção do nível de emprego e a garantia de salário por três meses. Mas o que foi dado em troca parece demasiado. Pode-se argumentar que a situação é difícil e que não havia outra saída. Mas nesse caso seria melhor tratar o acordo como um momento de defesa dos trabalhadores, um recuo calculado ou uma barganha criativa em momento desfavorável.

Os sindicatos precisam de fato negociar o futuro do parque produtivo brasileiro e lutar para reorientá-lo a partir dos interesses da maioria. Isso o acordo não fez. Limitou-se a apontar nessa direção, o que não deixa de ter valor numa conjuntura tão difícil. Seria mais honesto dizer exatamente isso aos trabalhadores e à opinião pública.

CARLOS EDUARDO CARVALHO

NO MATO, SEM O TUCANO

A peça forte da reformulação ministerial deveria ser a adesão tucana. Porém o PSDB, temendo um racha do partido e o desgaste eleitoral, não aceitou cargos. Mas avisa que dará apoio ao governo.

Collor contou para Veja a história do fim de semana que antecedeu a sua grande reforma ministerial com riqueza de detalhes. A impressão que fica da leitura da revista - o quanto Collor bebeu, a qualidade dos filmes e programas de tevê com que se encharcou - é a de que se tratava de um homem acuado, ruminando com sua própria natureza o salto que seria obrigado a dar.

E Collor pulou. Na segunda, penúltimo dia de março, o Presidente se lançou numa manobra de grande audácia, com a qual pretende estancar a campanha de denúncias que começava a ameaçar a própria estabilidade de seu governo.

JOGO DE CENA. Uma semana depois, no dia 7 de abril, quando o partido dos tucanos, o PSDB, distribuiu ao país a nota oficial respondendo à proposta para integrar o governo da República, "compartilhando diretrizes e responsabilidades", Collor parecia ter alcançado o seu primeiro e extraordinário objetivo: alterar diante da opinião pública a natureza das sucessivas mudanças de ministério que vinha fazendo - agora, entrariam no governo nomes históricos da luta democrática recente - Fernando Henrique Cardoso, por exemplo.

A nota programática dos tucanos era apenas uma rebuscada adesão aos pontos básicos do programa governista (veja o texto na pág. 9). Mesmo que eles tivessem aderido ao governo, portanto, a mudança ministerial não tocaria, nem de leve, nas aflições imensas das multidões submetidas à política neoliberal em curso. O abalo político que a jogada de Collor provocou, no entanto, foi imediato. O país viveu as 48 horas seguintes à nota do PSDB na expectativa de ver os respeitáveis tucanos subirem a rampa. Nas últimas horas da quarta, dia 8, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, depois de longa reunião com Collor, anunciava que os tucanos desistiam da adesão já tida como certa. E,

com isso, revelava a dramática situação em que se encontra o governo.

ALTO RISCO. Audácia não é tudo. O pulo de Collor foi uma manobra de alto risco, cujo sucesso, em todos os horizontes - a curto, médio e longo prazo - está longe de assegurado. Por vários motivos:

1) Collor não se põe a salvo de ataques, a despeito de toda sua audácia ao pular no ninho dos tucanos. Nas vésperas do seu grande salto, a campanha de denúncias contra o governo atingiu Ricardo Fiúza, um dos pilares da parte nova do ministério que Collor pretendia construir ao demitir quase todos os aventureiros com que assaltou o governo em 89. O ministro pefelista de Pernambuco admitiu ter recebido mais de três mil dólares, da Federação dos Bancos, como ajuda - que a lei proíbe - para campanha eleitoral. E confessou ainda que recebeu um jet-ski da empreiteira OAS, de um genro do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. A vulnerabilidade de Fiúza levou Collor a não confirmar seu nome na segunda-feira em que promoveu a reviravolta ministerial, mas manteve nos seus postos os ministros militares, o da Economia, Márcilio, Adib Jatene, da Saúde e José Goldemberg, da Educação. Ministro de "segunda-época", como passou a ser chamado, Fiúza já se tornou peça frágil de um esquema que pretendia ser formado apenas por estrelas de primeira grandeza.

2) Collor persegue os tucanos há tempos. Antes da eleição presidencial, quis ser vice de Covas. Anteriormente, já tinha oferecido mais de uma vez o Ministério da Economia a José Serra, mas, desta vez está parecendo mais difícil ainda acomodar os tucanos na composição governista. Os PSDBistas concentraram seus interesses na área social. Mesmo porque Collor começou a enfrentar forte pressão de seus velhos aliados para que não ampliasse em demasia as concessões aos novos amigos. O governo passou então a imaginar fórmulas para retirar poderes e recursos de diversos ministérios - Ação Social, Agricultura, Previdência... - e concentrá-los na Secretaria do Desenvolvimento Regional, ocupada por um colridor da velha guarda, Egberto Batista.

As exigências dos tucanos somaram-se outras - Eliezer Batista, o novo Secretário de Desenvolvimento Estratégico - não aceitou funções admi-

nistrativas, nem quer coordenar os remanescentes do antigo SNI que Leoni Ramos, o secretário anterior, acomodara.

Para atender a todos, Collor praticamente teria de destruir os alicerces da estrutura de governo que montou ao assumir. Para construir uma nova, levará tempo. Tempo precioso, pois o muro em que ele trepou para pegar os tucanos se assenta sobre uma realidade social difícil.

3) Se cair do muro onde se lançou em busca do objetivo que persegue há tempos ou se os tucanos fugirem de vez - ou mesmo se se criar uma confusão inesperada, diante das manobras que Collor anunciou para acomodar os tucanos no novo ninho, o presidente pode se ver numa situação pior que antes. Sem o PSDB, além de não ter os notáveis que o salvariam, poderá ter de sair à caça de outras figuras apressadamente e encontrar novos fiúzas. Poderá ter, além disso, contribuído para desmoralizar o PSDB, força centrista que pode lhe servir em ocasiões estratégicas.

GRAVIDADE. E os sinais da conjuntura não deixam dúvidas quanto à sua gravidade: nos primeiros dias do mês Collor recebeu de um aposentado, desses que todas as noites são vistos em filas enormes à espera de minguados rendimentos, uma carta escrita com seu próprio sangue.

(R.R.P.)

CONFUSÃO NO NINHO DOS TUCANOS

O PSDB que surgiu em 1988 como uma dissidência da PMDB e esperança de articulação política mais democrática, poderia ter, na adesão ao governo Collor, uma espécie de fim de linha. No seu nascimento, o partido tinha 33 senadores e 59 deputados federais. Em 89, a primeira grande decepção: Mário Covas ficou em quarto lugar no primeiro turno das eleições presidenciais. Em 90, a segunda: Covas perde também para governador de São Paulo e o partido sangra nas eleições para o Congresso, em todos os Estados: perde 21 deputados federais e 23 senadores.

Perde força no partido, particularmente, a sua ala esquerda: esvazia-se o MUP - Movimento de Unidade Progressista - conduzido por jovens deputados federais de vários Estados, descontentes e deslocados com a política centrista do partido, que passa a apoiar, tanto no governo Collor como, antes, no governo Sarney, medidas estratégicas da política chamada de "modernização" - a quebra da reserva de mercado da informática, a aprovação do programa de privatização das estatais com o uso

de "moedas podres", por exemplo.

A ESQUERDA SAI. Hoje, o PSDB é um partido com 10 senadores e 41 deputados federais, com poder eleitoral grande apenas no Ceará, com presença destacada apenas em mais três Estados: São Paulo, Minas e Paraná.

O esforço para aderir a Collor realizado pela direção do PSDB, mostra que a esquerda que continua abrigada no partido por alguma razão, precisaria fazer um esforço para procurar novos rumos. O mesmo pode acontecer com a política de alianças da esquerda que procurou o PSDB por sua fama de light, mas opositorista. O PT, por exemplo, reuniu sua Executiva Nacional e determinou que, caso a adesão se formalizasse, as coligações com o PSDB, que já eram numerosas em vários Estados, só poderiam ser mantidas com ramos dissidentes, que proclamassem sua diferença dos adesistas em documentos públicos.

As situações são diversas. Em São Paulo, os tucanos que queriam aliar-se ao PT já eram dissi-

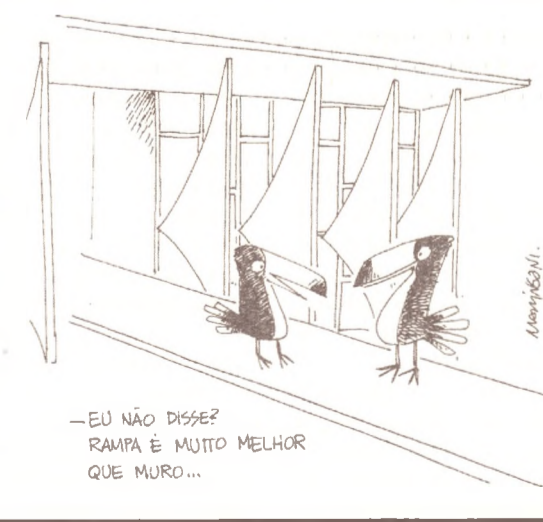
dententes explícitos. Em Santos, por exemplo, eles já tinham saído do partido e apoiaram a candidatura de David Capistrano, secretário da Saúde de Telma de Souza. Em Bauru, Tuga Angerami, que defendia a coligação de esquerda, é um dos líderes do bloco estimado em 17 deputados federais do PSDB que estavam dispostos a, inclusive, questionar o acordo com Collor na Justiça Eleitoral. (Um dos pontos do programa do partido diz que acordos do porte do que está sendo feito só poderiam ser aprovados pela Convenção Nacional; e não pela Executiva, como foi feito). No Rio Grande do Sul, onde o PSDB tem dois deputados federais centristas, o comando do partido, no entanto, está com a esquerda, com Hermes Zaneti, antigo líder do movimento dos professores, e Vicente Bogo, do Movimento dos Sem Terra, presidente e vice-presidente do PSDB gaúcho, respectivamente. Ambos apoiam a coligação com o PT e não com o PDT, que tem o governo do Estado e para o qual se inclina a corrente adesista tucana.

Na Bahia, existe a oportunidade de eleger Lídice da Mata que saiu do PCDob e entrou no PSDB e poderia ser apoiada por toda a esquerda - o PT inclusive, onde três candidatos disputam a indicação mas há uma ala disposta a apoiar Lídice. Agora, com as idas e vindas do PSDB, fala-se que cada corrente de esquerda deve manter seus candidatos, para ver "quem pega", como solução provisória.

APUROS À DIREITA. Na Bahia, não é só a esquerda que tem de tomar medidas contra a ameaça de adesão tucana. O clã dos herdeiros de Juracy Magalhães, que tem o senador e um dos deputados federais dos tucanos no Estado e que foi violentamente contra a adesão, para não se juntar ao seu histórico rival, ACM, pode também cogitar de pular fora do bando que quase coloriu.

Como se vê, a jogada de Collor - profunda, arriscada -, continua exigindo resposta imediata, em todo espectro político.

(R.R.P.)



Um programa de adesão

Nos sete dias que se seguiram à demissão coletiva dos ministros, o presidente e Bornhausen fizeram reuniões com todas as forças políticas - do PSDB para a direita - com vistas a acomodá-las, de uma forma ou de outra, no governo. O tempo maior foi gasto com o PSDB e o PDS. E os dois partidos exigiram a apresentação de um novo programa de governo pelo Presidente. Como não poderia, obviamente, apresentar um programa para o PSDB e outro para o PDS, Collor apresentou um plano comum aos dois. Como é possível que um mesmo programa servisse de base para entrada no governo de dois partidos de tradições tão diferentes? Como agradar a Maluf e a Fernando

Henrique? Ocolunista Carlos Castello Branco, numa coluna dedicada a examinar "a teoria e a prática" dos acordos políticos brasileiros com base em programas escritos, citou o caso do programa de Getúlio para o famoso PSD, um dos partidos com os quais procurou reciclar suas forças de apoio depois da guerra, com base num programa supervisionado por Benedito Valadares e escrito por um ghost-writer. Quando o texto ficou pronto, Valadares achou que ele era insuficiente para o que se propunha - dar ares mais liberais à nova formação. E pediu ao redator: "Põe um pouco de comunismo nisso".

MALUF E FHC. O grande colunista conservador quis ironizar o PSDB e deu a impressão de que os documentos programáticos envolvidos no entendimento de Collor com os tucanos e PDS são uma manipulação comple-

o PDT, de Leonel Brizola. (Brizola apóia a manobra de Collor e tem elogiado o esforço de adesão dos tucanos.) Uma primeira versão foi escrita, como que a quatro mãos, por Hélio Jaguaribe, novo Secretário de Ciência e Tecnologia do governo e velho defensor da composição do PSDB com os colridoros, e por Márcilio Moreira Marques, ministro da Economia. A última versão, quando o texto assumiu as características de uma enumeração de metas a realizar - a construção dos famosos 4 mil Ciacs, por exemplo - foi do próprio Collor.

ÉTICA E DOCTRINA. O documento de resposta do PSDB é formalmente diferente. É articulado, começa enumerando os princípios em se baseia - o "ético", de combate à corrupção, e o "doutrinário", pela reforma política a ser feita com a implantação do parlamentarismo com voto distrital misto. A seguir, delinea, de certa forma, os interesses do partido e os ministérios que visa controlar. Fala primeiro da "política social unificada", defende, não o pagamento, mas uma "solução do desgastante impasse dos 147% dos aposentados". Vai a seguir para a área da Infra-Estrutura, onde endossa a posição do governo de que o desenvolvimento será posterior a uma "ampla reforma do Estado". Nessa reforma, o PSDB destaca o objetivo de mais controles sobre as estatais (os chamados "contratos de gestão", pelos quais se poderia responsabilizar os diretores dessas empresas) e a reformulação para reduzir as moedas podres na privatização.

Mas a chave da peça programática que o PSDB apresentou à nação não está nessas minúcias, com as quais se acentuam algumas diferenças com a atual prática governista. Está nos pontos em que apóia o programa da chamada "modernização da economia" - privatização, aumento dos incentivos ao capital estrangeiro. E, especialmente, numa frase que entremeia o parágrafo final do documento quando os tucanos dizem que apoiarão também o ajuste "necessário à estabilização dos preços".

E, nisso, Castello Branco tem razão: o essencial do programa tucano, nesse momento, é o combate à inflação seguindo os métodos postos em prática por Márcilio. Nisso, o gesto do PSDB significa o apoio puro e simples ao governo, a despeito do nome que lhe seja dado. E o colunista simpatizante do PSDB, Newton Rodrigues, desiludido, completa: a "ladainha" (dos tucanos) de que "é preciso salvar o país" tem sido o caminho "de todos os cambalachos e de todas as adesões sem princípio".

O programa que o governo apresentou aos partidos foi extraído do que foi apresentado ao Congresso e ao Fundo Monetário Internacional, com ênfases especiais para atrair o PSDB e mesmo

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

HABITAÇÃO

UM DESCASO EM BELÔ

Cerca de 30 entidades dos movimentos populares de Minas Gerais organizaram-se num comitê que vem se reunindo na Vila Barraginha. Uma de suas prioridades é a luta pelo mapeamento e por um trabalho de prevenção das chamadas áreas de risco. A necessidade do mapeamento fica clara diante dos dados desiguais fornecidos pelos órgãos públicos do estado. A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), por exemplo, reconhece a existência de 14 pontos críticos na cidade. Mas o geólogo Marcus Pereira de Mello, professor do Instituto de Geo-Ciências da Universidade Federal de Minas Gerais, assegura que, se for feito um estudo sério, só na capital serão encontradas cerca de 50 áreas de risco.

Em Belo Horizonte existem cerca de 130 mil lotes vagos, 80% dos quais nas mãos de cinco proprietários, que também são construtores, lembra Marcus. "Essa faceta da especulação urbana está ligada à especulação imobiliária", conclui. Para o geólogo, é "perfeitamente possível" criar condições mais seguras de moradia nessas áreas. No entanto, o tratamento da questão deve ser, no mínimo, metropolitano. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, em acordo com o Comitê dos movimentos populares, decidiu realizar uma sessão especial, na qual os órgãos metropolitanos começariam a debater o problema.

A sessão, realizada no último dia 30, revelou o completo descaso com que o assunto é tratado. Sequer justificaram sua ausência a Associação dos Municípios da Grande Beagá (Grambel), a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos, a Comissão Estadual de Política Ambiental (Copam) e o prefeito de Contagem, Ademir Lucas (PSDB). Dos 37 vereadores da casa, apenas 12 acompanharam os debates. Durante a sessão, o Diretor de Obras da Urbel, Olavo Antônio Lima, admitiu que a prefeitura sabe quais são as áreas de risco da cidade, "mas não pode criar expectativas de remoção das pessoas, pois não pode arcar com todo esse ônus". O representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Manoel Teixeira, denunciou que os órgãos metropolitanos estão "esfacelados e sem articulação". "Só tem havido atuações isoladas, irrisórias. A verdade é que não existe qualquer real prioridade na questão habitacional." Para ele, nada está sendo feito para impedir que outras tragédias previstas, como a de Vila Barraginha, continuem a acontecer.

ANA RITA,
de Belo Horizonte



Debaixo desses escombros, 36 mortes poderiam ser evitadas

CONTAGEM

Uma tragédia anunciada

Técnico prevê catástrofes como a de Vila Barraginha em favelas de todo o país

O soterramento da Vila Barraginha, em Contagem (MG), na tarde de 18 de março, provocando a morte de 36 pessoas identificadas, vários desaparecidos e feridos, colocou a público mais uma vez as precárias condições de moradia a que está submetida uma grande parcela dos miseráveis brasileiros. Por isso, não causaram surpresa as declarações do geólogo Fernando Luiz Prandini, coordenador do Programa de Meio Ambiente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, de São Paulo, que depois de visitar o local previu tragédias semelhantes em progressão geométrica pelo país afora, chegando a citar como exemplo áreas de risco nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, principalmente, por apresentarem topografia e ocupação urbana com as mesmas características.

Prandini explica que estas e outras cidades cresceram por dentro de forma desordenada,

apresentando uma topografia irregular com grotas e grandes declives, onde surgem as favelas. Esse era o caso da Vila Barraginha, em plena Cidade Industrial de Contagem, que há 30 anos começou a receber improvisadas construções sobre o que era um brejo precariamente drenado. A área de quatro hectares abrigava cerca de 2 mil dos 100 mil favelados de Contagem em aproximadamente 270 moradias. O deslizamento de um aterro - construído pela vizinha M. Martins Engenharia e Comércio Ltda. para depositar estruturas metálicas - acabou surgindo como a gota d'água para instaurar a tragédia.

PREVISÍVEL. Assim, não foi por acaso que ela aconteceu em Contagem, município de 470 mil habitantes e 12 mil indústrias de pequeno e grande porte, constituindo o segundo pólo industrial do país. Apesar de se situar como o segundo município mineiro em arrecadação e responsável por 8,5% do Pro-

duto Interno Bruto, apenas 20% de sua população conta com rede de esgoto. Do problema não escapam nem mesmo a prefeitura, o fórum e a casa do prefeito Ademir Lucas, do PSDB, que despejam esgoto em fossas.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instalada pela Câmara Municipal de Contagem logo depois da tragédia, apurou em poucos dias que a empresa M. Martins Engenharia e Comércio foi a principal responsável pelo soterramento de Vila Barraginha. Aliás, já no dia 25 de fevereiro, moradores da favela haviam alertado a prefeitura e a Defesa Civil de Contagem sobre a ameaça que vinham sofrendo, mas de nada adiantou.

AS PRÓXIMAS. Problemas semelhantes vivem os moradores de 14 áreas de risco detectadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Belo Horizonte - Comdec. A capital mineira tem 25% de seus 2 milhões de habitantes morando em 184

favelas. Além destes, há quase 50 mil sem-casas vivendo nas mais precárias condições em 18 acampamentos de improvisados barracos de plástico e madeira instalados nos grotões da periferia, distantes dos olhos das autoridades. Diante desse quadro, não é de se estranhar que nos últimos oito anos tenham ocorrido algo em torno de 12 mil desabamentos de barracos, inundações e vários outros acidentes do gênero em 180 favelas da capital mineira, conforme registros da Comdec.

Levantamentos da Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte - Famobh - indicam um déficit de 350 mil moradias na região metropolitana da capital. Enquanto isso, dezenas de empresas e particulares ocupam ou vêm se apropriando de terrenos da prefeitura de Belo Horizonte, sob vista grossa da administração municipal.

ALOÍSIO MORAIS,
de Belo Horizonte

CIDADES

Desenvolvimento em discussão

Seminário promovido por prefeituras petistas promete diretrizes sólidas

Numa situação em que as administrações municipais estão atoladas em problemas velhos e sufocados por outros mais recentes, frutos da desorganização geral do país, três prefeituras administradas pelo PT - São Paulo, Santos e Santo André - saem da defensiva para pensar em soluções globais para o desenvolvimento urbano no contexto brasileiro, levando em conta que 75% da população vive em cidades e que em apenas 23 áreas metropolitanas vivem 106 milhões de pessoas com problemas dos

mais variados, como tragédias semelhantes à de Vila Barraginha em Contagem (logo esquecida pela imprensa - o que não aconteceria, com certeza, se o prefeito fosse petista) e outras não tão agudas, mas cotidianas: enchentes, predação ambiental, epidemias devidas à falta de saneamento, crise habitacional, péssimas condições de transporte, violência etc.

O Seminário Sobre Desenvolvimento Urbano, que se realiza neste 13 de abril no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, consiste num painel

geral - Cidades brasileiras: retrato de uma década - coordenado por Lula e com a participação, entre outros, de Miguel Arraes (PSB-PE) e José Serra (PSDB-SP), e quatro outros painéis específicos: Terra urbana e desenvolvimento da cidade; Habitação: a tragédia urbana; Saneamento: direito de todos; e Transporte Urbano: a cidade em movimento.

Mostrando que a intenção do Seminário não é meramente discutir abstrações ou produzir relatórios a serem arquivados, mas sim tirar diretrizes

baseadas em diferentes conhecimentos e opiniões para a execução de uma política urbana, os organizadores convidaram especialistas e autoridades bem diversificados. Por exemplo, Sandra Cavalcanti (deputada federal do PFL-RJ, autora da lei que criou o BNH), Padre Ticão (da Pastoral de Moradia em SP), Walter Barelli (economista, membro do Governo Paralelo), Jarbas Vasconcelos (ex-prefeito de Recife, do PMDB) e Gilberto Paixão (da Câmara Brasileira da Indústria de Construção).

Nova TV também é "engajada"

Persiste o relacionamento estreito da mídia com partidos do governo

Um dos maiores acionistas da mais nova rede de televisão, a *OM Brasil*, é José Carlos Martinez, liderança do PRN, ex-deputado federal e candidato derrotado ao governo do Paraná, nas eleições de 1990. Martinez foi um dos caixas da campanha presidencial de Collor e teve direito, segundo a revista *Veja*, a indicar nomes de afilhados para a "alta burocracia estatal". A *Veja* também informa que "Martinez teria recebido um pacote de 30 milhões de dólares dos seus correligionários de Brasília para viabilizar a criação da rede". Esse dinheiro "teria saído dos cofres de uma estatal, feito um passeio por uma construtora de Londrina até chegar aos escritórios da sede da emissora, em Curitiba". Além disso, haveria a garantia de apoio com publicidade de estatais, como o Banco Meridional.

Vôo ALTO. Com essa vantagem, José Carlos e seu irmão Flávio Martinez, pretendem obter o terceiro faturamento entre as redes nacionais, logo atrás da *Globo* e *SBT*, respectivamente com 55% e 14% do mercado.

Não é uma pretensão descabida, num mercado em que o sucesso depende, cada vez mais, da capacidade de articulação política das empresas. As empresas que operam de forma estritamente comercial, parecem ter poucas chances. A *Bandeirantes* estancou no quarto lugar, com 10% do mercado e sua estratégia de segmentação através do esporte. A *Manchete* ocupa o terceiro lugar, com 12% do mercado, mas enfrenta uma grave crise.

Há meses vem atrasando salários e, desde agosto de 1990, incorre em apropriação indébita, não repassando o FGTS descontado dos funcionários. Uma gigantesca dívida com o INSS até agora não foi executada porque interessa ao governo federal mantê-la sob controle, num período de hostilidade da mídia. Além disso, o governo não equacionou condições politicamente vantajosas para uma transferência das concessões. Candidatos é que não faltam para comprar a *Manchete*, inclusive o bem sucedido empresário e grande amigo do presidente Collor, o deputado federal Paulo Octávio, também do PRN.

CONTORCIONISMO. A trajetória da rede *OM Brasil* começa com um empresário, Oscar Martinez, que, desde o final da década de 60, tinha duas emissoras integradas à cadeia dos *Diários Associados*. As dificuldades econômicas da empresa levaram à venda de uma delas, a *TV Coroados*, à Rede Globo. A retomada do sucesso da empresa foi conseguida justamente quando os Martinez passaram a estreitar e tornar diretas suas

vinculações político-partidárias. O escolhido para projetar na esfera pública os interesses privados dos Martinez foi o filho José Carlos, que fez contorcionismo para acompanhar a evolução da conjuntura política. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo PDS. Com a eleição indireta de Tancredo, depois transformada no governo Sarney, passou para o PMDB. Finalmente, posicionou-se no leito seguro do PRN para atravessar o governo Collor.

POTÊNCIA. A nova rede começa com dez emissoras, em qua-

tro estados - Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

A base da *OM Brasil* são as quatro emissoras dos Martinez no Paraná - em Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá - acrescidas, desde o ano passado, da *TV Corcovado* do Rio de Janeiro, adquirida do empresário Sílvio Santos por 12 milhões de dólares. Também integra a *OM* a *TV Gazeta* de São Paulo e quatro emissoras cujo controle acionário foi adquirido por 13 milhões de dólares do Grupo Secrisa, em Santa Catarina, do empresário Dilor de Freitas, li-

gado ao PDS. Uma dessas emissoras, a *TV Xanxerê*, concessão obtida durante o governo Sarney, entrou no negócio ainda sem estar instalada. Os Martinez também estão negociando uma rápida expansão da rede, pelo menos para outros cinco estados.

A novidade da nova rede *OM*, que tem o sinal gerado a partir de Curitiba desde o dia 9 de abril, é começar a operar diariamente a partir das 18 horas, liberando a manhã e a tarde para programação local das afiliadas. As inovações ficam por aí. Para competir com o

SBT, a rede *OM* adotará uma programação do tipo popularesco, calcada em programas de auditório, novelas importadas - a primeira, *Irmãos Coragem*, é uma produção ítalo-americana, gravada na Argentina. No telejornalismo, destaca-se o telejornal *Fala Brasil*, com uma hora e meia de duração em "estilo de revista", e que incluirá o quadro *Alô Mamãe*, apresentado pelo cantor e ex-deputado federal pelo PDS, Agnaldo Timóteo, atualmente no PRN.

DANIEL HERZ,
de Porto Alegre

Os trabalhadores e o meio ambiente. Não vire esta página. Chegou a VIDEOREVISTA.

No ano da conferência mundial sobre o meio ambiente a TV dos Trabalhadores lança a "VIDEOREVISTA". De dois em dois meses, um vídeo mostrando como o modelo de desenvolvimento e a distribuição da riqueza interferem com o meio ambiente, comprometendo o futuro do planeta. As questões polêmicas, as curiosidades, a discussão das alternativas sob o ponto de vista dos trabalhadores. 45 minutos de informação num formato dinâmico e acessível. Discutir e aprender com a VIDEOREVISTA fica mais fácil, os trabalhadores organizam melhor sua relação com o mundo e a natureza agradece.



VIDEOREVISTA

PREÇO:

- Venda avulsa: Cr\$ 62.500, - Quantidade:.....
- Assinatura anual (6 programas): Cr\$ 300.000, - Quant.:.....
preços válidos para abril de 1992.

Nome/Instituição:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

Fone: Data: / /

FORMA DE PAGAMENTO:

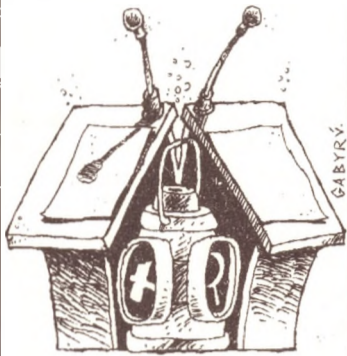
- Reembolso postal comum
- Reembolso postal sedex (o material e o porte serão pagos na retirada, no Correio)
- Cheque nominal à Rede de Comunicação dos Trabalhadores. Cheque nº Banco nº valor: Cr\$
- Depósito na conta da Rede de Comunicação dos Trabalhadores - Banco do Brasil, Ag. 1189 - c/c 21.182-6 São Paulo - SP (remeter cópia do talão de depósito junto com o pedido).

TVT

Rua Ouvidor Peleja, 112 - Vila Mariana - São Paulo - SP
CEP 04128 - Fone: (011) 275.5913 - Fax: 275.6318

PIMENTA SEM REFRESCO

À FRANCESA. O presidente François Mitterrand informa: sai a primeira-ministra socialista Edith Cresson, que defendia a repatriação dos imigrantes (do Terceiro Mundo, bem entendido), e entra o novo premier Pierre Bèrègovoy, ex-ferroviário vermelho que virou monetarista roxo. É a mudança socialista.



Na próxima. Bèrègovoy tem uma tarefa espinhosa: transformar em vitória o fiasco dos socialistas nas eleições regionais de março, já para o pleito parlamentar de 1993. Resta saber se o premier continuará aplicando o programa neoliberal do governo (e correndo o risco de afundar de vez o PS nas eleições) ou se prepara um giro à esquerda, de forma a reconquistar os trabalhadores descontentes, ou ainda se vai para a direita, de olho na crescente simpatia popular para com o discurso anti-imigrantes. São dúvidas para PSDB nenhum botar defeito.



VERDES. Além da rejeição popular, os socialistas devem parte de sua derrota nas eleições regionais a uma novidade: parcelas importantes dos votos dos dois partidos ecologistas, e até mesmo dos comunistas, não migraram para o socialismo no 2º turno, como rezava a tradição. Houve verdes votando até nos galinhas-verdes da Frente Nacional neofacista.

CÓRSEGA. Um registro que "escapou" do conjunto da imprensa brasileira. Na ilha da Córsega, os dois partidos separatistas obtiveram 25% dos votos (serão os ventos do Leste?). O Parlamento regional não terá representantes nem dos socialistas nem da Frente Nacional. Mas os comunistas "reconstrutores", que romperam com o *partidão*, emplacaram vários deputados.

JAYME BRENER



PERU

Ditadura do sol poente

Fujimori articula golpe militar para prosseguir no caminho neoliberal

A democracia formal fracassou em reduzir a miséria, na qual está mergulhada mais da metade da população peruana. Foi com essa certeza que o presidente Alberto Fujimori deu um autogolpe de Estado, dissolvendo o Congresso com apoio dos militares. Fujimori aposta na apatia da população, mais preocupada em sobreviver, e em seu descrédito diante do Legislativo e do Judiciário, sempre apontados como "focos de corrupção, que não servem para nada". A seu favor, o candidato a homem-forte tem a divisão da esquerda não-guerrilheira e o enfraquecimento das entidades sindicais e populares. Caso Fujimori esteja certo e a apatia (combinada à repressão, é claro) tome conta dos trabalhadores peruanos, será neutralizado o único foco importante de contestação potencial à quartelada. Isso porque o presidente aposta na ineficiência das "sanções econômicas da Casa Branca & Cia.", capazes de pôr em xeque governos "inimigos" como o de Cuba, mas que não "conseguem" derrubar "amigos complicados", no estilo dos sucessivos generais haitianos.



MARIZA DIAS COSTA

O AMATO DE LÁ. Lideranças empresariais também já foram beijar a mão de Alberto Fujimori. O vice-presidente da Confederação das Instituições Empresariais Privadas, Jorge Picasso, justificou o golpe dizendo que "é inaceitável que importantes instituições do Estado estejam infiltradas por ele-

mentos corruptos e subordinados a interesses partidários, abusando do poder e obstaculizando todo o processo de reformas". Picasso e os empresários não são bobos e sabem que por trás do discurso de praxe pós-golpe, "contra o narcotráfico, o terrorismo e a corrupção", está uma tentativa de impor o programa ultraliberal do governo, que vinha encontrando sérios obstáculos no Congresso. Na verdade, a militarização do Estado peruano não é nova. Desde o mandato do antecessor de Fujimori, o nacionalista/populista Alan Garcia, o Exército controlava fatias inteiras do território, sob pretexto de combater o narcotráfico e o terrorismo do Sendero Luminoso. Fujimori decidiu levar a militarização às últimas conseqüências. Com 70% dos peruanos desempregados ou subdesempregados, o presidente pensa capitalizar o descontentamento com o impasse da democracia e a impotência da esquerda não-guerrilheira em articular um projeto alternativo, que empolgue a maioria da população.

APATIA. Ainda não se sabe qual será a importância da reação dos peruanos ao golpe. Nos

primeiros dias, a aparência era de resignação, com os poucos protestos da esquerda sendo facilmente dominados. Uma pesquisa realizada por um instituto particular apontou 73% de apoio popular ao fechamento do Congresso. Porém, segundo o jornalista Alberto Ku King, da agência Ansa em Lima, a pesquisa foi induzida, e deve fazer parte da tentativa de Fujimori, de usar a apatia como bandeira de golpe.

De qualquer forma, a tranquilidade com que o governo dispersou as primeiras reações populares já indica certas tendências. Se os sindicatos e partidos da esquerda não-guerrilheira forem incapazes de organizar a reação ao golpe, deixando o espaço de resistência radical nas mãos do Sendero Luminoso, Fujimori terá obtido uma vitória talvez definitiva. E daí poderá prosseguir em sua tentativa de empurrar o liberalismo selvagem goela abaixo dos peruanos.

O sucesso do autogolpe de Fujimori, por sua vez, representaria mais uma prova de que o casamento entre liberalismo e Terceiro Mundo só pode dar certo tendo governos fortes como padrinhos. O que deve despertar novas tentações em presidentes eleitos e generais nem tanto.

JAYME BRENER

INGLATERRA

O julgamento do neoliberalismo

Partido Trabalhista tem chance de vencer as eleições

O projeto neoliberal de dismantelamento do Estado está indo, nesta 6ª feira, 10, a julgamento no país em que foi implantado da forma mais brutal há 13 anos. Desde então, uma revolta popular contra um novo e pesado imposto municipal fez com que os conservadores substituíssem a impiedosa Margaret Thatcher por um cosmético John Major. Para a maioria dos ingleses, o sonho neoliberal virou pesadelo.

A Inglaterra vai às urnas em meio à mais longa e profunda recessão desde os remotos anos 30. As negociatas da era Thatcher, correntes da felicidade que não podiam parar, desabaram com a recessão. A conta foi paga pelo povo, especialmente pelos trouxas que acreditaram na promessa neoliberal: os que se endividaram para comprar casa própria ou abrir um negócio. Quando os conservadores aumentaram o ICM de 15 para 17,5% e a taxa de juros de 5 para 8%, sob o pretexto de combater a inflação, os pequenos negócios quebraram e as prestações da casa própria dobraram. Pior que isso: o sucateamento da indústria britânica se acelerou e o número de desempregados mais do que dobrou, chegando hoje a 2,6 milhões. Em algumas regiões, o desemprego chega a 40% da



OLAVO

força de trabalho. O número de casas retomadas pelos bancos pulou para 43 mil em 1990 e 75 mil em 91. Outras 270 mil famílias não pagam suas prestações há mais de seis meses. Milhares de jovens desempregados dormem nas ruas em pleno inverno. Um quinto da população britânica vive abaixo da linha da pobreza. O projeto neoliberal fez dos ingleses mendigos do Mercado Comum.

INCERTEZAS. Apesar dessa desgraça toda, está difícil derrotar os conservadores. A ideologia neoliberal parece sobreviver ao seu evidente fracasso econômico. Muitos eleitores ainda temem que "com os tra-

balhistas seria pior". O próprio Partido Trabalhista, hoje com uma vantagem de apenas 3% nas pesquisas de opinião, não acredita que possa chegar aos 8% de vantagem necessários para ganhar a maioria absoluta, e tem como estratégia principal formar uma aliança com os liberais (os "Tucanos" de lá).

O trabalhismo perdeu terreno e em parte tornou-se anacrônico porque não se reciclou na mesma velocidade com que a classe operária está desaparecendo. Indústrias inteiras fecharam suas portas, o número de operários encolheu, de 9 milhões em 1960, para apenas 4,9 milhões, hoje.

Os trabalhistas também se

ressentem do chamado "fator Kinnock". O líder trabalhista Neil Kinnock é retratado pela mídia como um operário desprovido de bagagem para governar. Conhecemos essa história. A grande imprensa na Grã-Bretanha aplica os truques conhecidos, desde o de apresentar Kinnock como antigo agente do Kremlin, até minimizar os indicadores da crise e de semear confusão sobre os planos trabalhistas.

Paradoxalmente é a plataforma eleitoral trabalhista que mais se aproxima da política proposta pela Confederação Britânica das Indústrias, o patronato. Os trabalhistas propõem um ligeiro aumento no imposto de renda da classe média para cima, para pagar a restauração dos serviços públicos, em educação e saúde e benefícios sociais, e, principalmente, criação de empregos através de programas de incentivos ao investimento e ao crescimento sustentado. Os conservadores, num truque eleitoral e cínico, propõem um corte no imposto de renda, especialmente dos mais pobres - exatamente aqueles que foram esfolados nos últimos 13 anos.

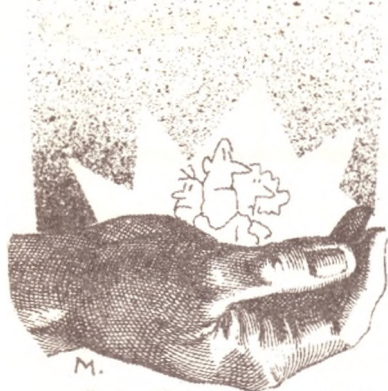
BERNARDO KUCINSKI,
de Londres

LULA ABRE REUNIÃO NA ONU

Em seu discurso, críticas a modelos econômicos e um projeto para Amazônia.

“**M**eu partido se preocupa com a ecologia porque somos um partido de trabalhadores. São os trabalhadores do campo e da cidade as principais vítimas da degradação ambiental: nas fábricas, nos bairros poluídos, nas lavouras infestadas de agrotóxicos.” Este é um trecho do discurso de Lula na ONU, Nova Iorque, em 23 de março, abrindo a última reunião preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Eco-92, a ser realizada em junho, no Rio de Janeiro.

O discurso de Lula teve como tema a Amazônia - proteção ecológica e desenvolvimento com a floresta em pé - e baseou-se na proposta do Governo Paralelo para a região. Para Lula, “a situação ambiental não pode ser separada de um conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais, culturais e éticos”. Assim, a resolução dos problemas ecológicos passa pela solução do quadro de recessão e estagnação em que o Brasil oscila há doze anos. A solução não será como os “ajustes econômicos” de alguns países da América Latina, que “podem comemorar algum êxito no combate à inflação, mas nenhum ostenta qualquer melhoria na situação social”.



Lula chegou a fazer uma “advertência indignada” aos participantes da reunião: “A principal espécie ameaçada em nossos países - e no Brasil em particular - é o ser humano”. Em seguida, identificou causas econômicas - inclusive a dívida externa, - que contribuem para esse “genocídio silencioso”, que provoca também a degradação ambiental.

Lula defendeu a soberania brasileira e dos países amazônicos sobre a região, embora manifestando contentamento pelo interesse dos países desenvolvidos na preservação da floresta amazônica e pela abertura à cooperação internacional. Mas exigiu dos países ricos “que tenham preocupação idêntica com a contaminação atmosférica, com a destruição da camada de ozônio e com diversas outras formas de poluição ambiental que seguem presentes em seus próprios territórios”.

Ele identificou ainda uma política imposta pelas elites

Vem tempo quente aí

Saudosos do comunismo já se organizam e crescem. O governo “democrata” pressiona e ameaça.



Um ano após o referendo nacional em que 76% da população se pronunciou a favor da preservação da União Soviética como Estado único, realizou-se dia 17 de março, em Moscou, uma manifestação contra a dissolução decretada em Minsk pelos dirigentes das repúblicas ex-soviéticas, em dezembro passado. Organizada por partidos políticos de oposição ao governo de Boris Yeltsin (Partido Comunista dos Trabalhadores Russos, Movimento Rússia Trabalhadora e Frente dos Trabalhadores), a manifestação também foi apoiada por outras duas novas agremiações políticas (Movimento Democrático Cristão e Partido Democrático Constitucional), indicando o crescimento da base política da oposição radical.

Entre 70 e 80 mil pessoas aglomeraram-se na praça Manéjhaia, situada no centro da cidade e a algumas dezenas de metros do Kremlin, residência oficial do presidente russo. Antigas bandeiras e lemas soviéticos voltaram às ruas, reanimando os ainda pouco esquecidos martelos e foices e a sigla CCCP (URSS). A terminologia e a linguagem dos discursos pareciam reviver tempos considerados gloriosos, em que a “superpotência socialista” pretendia mostrar o caminho a todos os povos. Ironias à parte e com o sentimento de que o passado deste país não voltará, a maioria dos presentes sofreu um ataque de nostalgia quando, na abertura do comício, ressoou o antigo hino nacional da União Soviética, conhecido de todos desde os tempos de Stálin.

A manifestação cumpriu seu prin-

cipal objetivo de demonstrar apoio ao 6º Congresso de Deputados dos Povos da URSS, que um grupo de antigos parlamentares da ex-União Soviética conseguiu realizar até a manhã do mesmo dia 17 (março), apesar da proibição oficial pelo Parlamento da Rússia.

Antes de sua extinção, o Congresso dos Deputados dos Povos era o principal órgão de poder da União Soviética e possuía mais de 2200 membros. Agora, sob ameaça do Promotor Geral da Rússia de enquadrar os participantes no artigo 64 do Código Penal (alta traição) e uma série de pressões do governo, o Congresso não contou com a presença de mais de 200 deputados, além dos 1470 que haviam confirmado a participação, mas não apareceram, por razões diferentes.

VELHO ESTILO. O jogo de pressões contra esse congresso de brinquedo também se tornou ridículo. A administração russa, além do exagero com a ameaça de aplicação do artigo 64, criou obstáculos estranhos. Proibiu o aluguel da sala para o Congresso, a contratação de ônibus para o transporte dos deputados e providenciou até o corte da luz do clube do sovcós (fazenda estatal) Vóronovo, na região de Podolsk, 40 km ao sul de Moscou, onde afinal os deputados conseguiram lugar para o Congresso. A retirada de Moscou atrapalhou não só os poderes locais, mas também uma parte dos deputados que não conseguiu encontrar o povoado.

Iluminado à luz de velas, o Congresso reafirmou a existência da União Soviética e pronunciou-se a favor do restabelecimento das estruturas dissolvidas,

como a união das repúblicas com as fronteiras de 1977, forças armadas unidas, organismo econômico conjunto, hino e escudo antigos etc. Elegeu, ainda, um comitê permanente do Congresso, encabeçado por S. Umalátova, uma deputada fanática do sistema soviético, e decidiu realizar o próximo Congresso em abril, para adotar decisões mais importantes. Toda essa “palhaçada”, como os acontecimentos foram definidos em Moscou por jornalistas ocidentais, representa um fenômeno mais complexo. De um lado, é claro, os deputados da ex-União Soviética perderam muito tempo ao não agirem da mesma maneira logo depois dos acordos de Minsk. Não criaram, por exemplo, uma associação de deputados, nem elaboraram programas paralelos para as questões econômica e sociais, apesar dos resultados do referendo de 17 de março de 1991. Por isso, perderam sua chance.

De outro lado, porém, o país e a grande maioria da população estão acumulando agora a indignação pelo aumento brusco dos preços (20 vezes ou mais, e não 4 vezes como oficialmente vem sendo anunciado pelo governo) e pela piora no fornecimento dos produtos de primeira necessidade. Somente para a alimentação básica, uma pessoa precisa mais de 1.500 rublos por mês, embora o salário médio seja de 900 rublos.

Quem sabe, nessa condição, o tipo de força política a ser escolhido pela população para canalizar todo o seu dispositivo explosivo, perigoso para a jovem democracia russa?

ANATOLY TONIN,
de Moscou

governantes para a região, com fatores de degradação ambiental: implantação de rodovias sem qualquer previsão de impactos físicos, ecológicos e sociais, omissão quanto à proteção da sanidade das águas dos rios, estímulo desequilibrado à mineração.

PROJETO. O projeto do Governo Paralelo para a Amazônia tem como centro de atenções os 140 mil índios, 2,5 milhões de seringueiros, beiradeiros, ilhéus e castanheiros, 550 mil ga-

rimpeiros e 5 milhões de trabalhadores, além de “alguns milhões de habitantes urbanos” da Amazônia.

Em linhas gerais, o projeto “para o desenvolvimento da Amazônia com o máximo da floresta em pé” apresenta, entre suas diretrizes básicas, a introdução de uma política de convivência pacífica entre as diversas culturas que habitam a região, visando acabar com os conflitos; o incentivo à reconstrução da “biodiversidade” (os vários tipos de vida

animal e vegetal) e a viabilização de atividades auto-sustentáveis de interesse da população regional (plantio de açaí, pupunha, dendê, cacau, frutíferas etc.); reformulação da política de abertura de estradas, mudança da legislação que permite o desmatamento de até 50% de qualquer gleba, passando a permitir aos latifúndios no máximo 0,5% de desmate; proibição de uso de agrotóxicos; preservação de água, impedindo inclusive o uso de mercúrio nos garimpos; consolidação de

reservas extrativistas e implantação de uma reforma agrária, com particularidades condizentes com a natureza, para a região. Para finalizar, Lula afirmou: “Porque somos socialistas e democráticos, pregamos novas formas de organização da produção e novas relações de trabalho”, que são incompatíveis com critérios poluidores do capitalismo e do socialismo burocrático. E concluiu homenageando um petista que foi talvez “o mais eficaz dos ecologistas”: Chico Mendes.

O SUCESSO, MAS LÁ FORA

Quatro cartunistas gaúchos foram os únicos brasileiros, dos 21 inscritos, premiados no Congresso Internacional de Cartum, do jornal *The Sports Chosun*, de Seul, promovido no final do ano passado e com resultados divulgados em março de 1993. Outras premiações semelhantes - como o primeiro lugar (US\$ 1.000 e viagem a Tóquio) conquistado por Santiago num concurso japonês, em 1990 - demonstrariam a existência de um pólo de alto desenvolvimento do quadrinho gaúcho. Na verdade, escondem uma crise de mercado de trabalho.

Desde que começaram a acontecer salões de humor, como o de Piracicaba, onde Santiago ganhou cinco vezes e hoje preside, os gaúchos têm demonstrado talento destacado no setor. Edgar Vasquez, com seu Rango, lidera o pelotão. No entanto, nenhum dos quatro premiados em Seul - Santiago, Moa, Ronaldo e Bier - tem emprego fixo. "Vivemos de publicações de circulação dirigida", diz Santiago. Ronaldo Cunha Dias é médico cirurgião-geral, em Vacaria, cidade a 300 km ao norte de Porto Alegre. "Tenho 25 prêmios internacionais", revela, "e contrato com uma distribuidora da Bélgica e outra dos Estados Unidos". Não tem periodicidade fixa mas é suficiente para "ser mais conhecido fora do país que dentro". No último ano de faculdade, em 1975, teve oportunidades na *Zero Hora*, de Porto Alegre, mas preferiu a medicina. Em 1986, ganhou contrato de seis meses com a revista *Isto É* graças ao salão de Piracicaba. Foi quando se desiluiu! "Tive poucos desenhos publicados. Fui muito censurado". Hoje, limita-se ao cartum "espontâneo e eventuais participações na *Playboy*".

Censura também foi o drama de Santiago no ano passado, quando estava no Estádio: "A coisa chegou ao fim quando censuraram uma charge contra o golpe na URSS, aí desisti". Enfrentava também outros problemas: "Eles têm sete chargistas, para publicar um por dia, então sempre escolhem a charge mais insossa, menos crítica". Premiado também na Bulgária e no Canadá, não reclama mais da falta de espaço no Rio Grande do Sul: "Preferem trabalhos fracos, mas o mercado de São Paulo poderia dar oportunidade a brasileiros. A *Playboy* publica americanos, a *Veja* contratou um humorista de televisão. Não se absorve nem o pessoal de São Paulo".

MARCO A. SCHUSTER, de Porto Alegre



Os dramas do teatro

A tradição de crítica e reflexão do teatro brasileiro não morreu

A grande tradição do teatro brasileiro, que vem de Martins Pena, Artur Azevedo, Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, Paulo Pontes, Vianinha, continua viva e atuante, como mostra a exibição da peça *Rei do Brasil*, de Luís Alberto de Abreu, no Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo. *Rei do Brasil* encerra a Trilogia da Invenção, iniciada com a peça *O Terceiro Dia*, sobre a biografia, obra e pensamento do escritor Lima Barreto, e continuada com a peça *O Homem Imortal*, sobre uma revolução sui generis paralela à revolução de 1930.

Um rei de hospício, Honório I, com o caráter de Macunaima (isto é, nenhum) e a esperteza de Abelardo I, o Rei da Vela - este é o protagonista de *Rei do Brasil*: Honório I, e sua armata Brancaléone de marginais, malucos sonhadores, mulheres fatais. A história é simples: dizendo que seu antepassado Amador Bueno da Silva recusou a coroa de rei do Brasil, oferecida pelo povo em 1580, Honório reivindica seu direito de descendente de personagem tão notável e quer a coroa para si. A ação se passa durante a regência do Padre Feijó (1835 a 1837), mas não se trata - mesmo! - de uma peça histórica: as referências ao Brasil de hoje são tão fortes que se sobpõem a qualquer tentativa de supor-se que sua ação se passe no passado.

INDIGESTÃO À BRASILEIRA. Como o bode Orellana, de Henfil, os personagens de *Rei do Brasil* comem autores famosos. Ao con-

trário do bode, porém, não comem livros, mas dedicam-se à antropofagia: comem os próprios autores, sem crítica, sem deglutir direito, sem fazer a digestão como se deve. Assim não dá! diz Honório I. "É preciso mastigar, deglutir, assimilar cada grama de cérebro, cada fibra de músculo, a arte, a ciência, a filosofia. Gente se come com respeito e sem desperdício, que é para extrair o melhor sumo de cada naco!" Luís Abreu define seu texto como uma

fantasia cômica. Pode ser, mas é impossível não considerá-la, em sua fantasia, como um retrato moderno, realista e cruel do que vivemos no Brasil neste século.

O REI DO BRASIL. A verdade é sempre a verdade" - com essa tirada, Renato Borghi, ator de tantas batalhas depois de 34 anos de estrada, demarca uma linha divisória entre o seu teatro e o teatro da moda que, segundo ele, é baseado num conceito de

modernidade "falso, abstrato, formal". Em seu terceiro reinado (já foi o rei Édipo e o Rei da Vela, e agora é Honório I, o Rei do Brasil), Renato Borghi participou nos principais momentos do teatro brasileiro das últimas décadas. Além de Édipo Rei, de Sófocles, e O Rei da Vela, de Oswald de Andrade, ele fez *Pequenos Burgueses*, de Gorki, Galileu Galilei, de Brecht (tinha 31 anos de idade quando substituiu Claudio Correia e Castro como Galileu!), foi um dos fundadores do Teatro Oficina, nos anos 60, fez *O Que Mantém o Homem Vivo*, nos anos 70 - a lista é enorme.

BYE BYE MERCADO. Com a autoridade desse currículo, Renato Borghi proclama que tenta "comunicar essências. Não fico preocupado com as leis do mercado". E faz uma avaliação melancólica da situação do teatro hoje. Critica não somente o pessoal de teatro, mas também o público especializado, que vai ao teatro tendo na cabeça uma idéia muito superficial de certo e errado. O público de teatro vai atrás das modas; isso não acontece com o povo. "A resposta popular é imediata, ao contrário da dos especialistas. Quanto mais pobre o país fica, menos as pessoas querem encarar a pobreza", diz. "Não acredito na vigência destes valores, é um modismo, o pós-moderno, coisa de yuppie, de um internacionalismo que me assusta."

JOSÉ CARLOS RUY

O REI DO BRASIL, DE LUÍS ABREU, ESTÁ EM CARTAZ EM SÃO PAULO, COM DIREÇÃO DE NESTOR MONASTERIO.



PALAVRA DE LUÍS ABREU: "PARA ACABAR CONOSCO, SÓ UM METEORO."

Considerado por muitos críticos como um dos principais dramaturgos brasileiros dos anos 80 (ele é também autor de peças como *Bella Ciao*, *Foi Bom, Meu Bem?*, *Xica da Silva*, *Sai da Frente que Atrás Vem Gente*, *Cala a Boca Já Morreu*, *O Rei do Riso*), o trabalho de Luís Abreu caracteriza-se pela resistência aos modismos, como a atual desvalorização da palavra como elemento de dramaturgia.

VIVA O DINOSSAURO! Em polêmica aberta com as correntes que dominam o palco brasileiro hoje, Abreu não se sente na "contramão" da história ou da dramaturgia. "Não é qualquer geração deslumbrada com o pós-modernismo que vai acabar com nossa geração", diz ele. Para acabar com a espécie de dinossauros que nós somos "precisa outro meteoro!", diz, com a certeza de que "essa conjun-

tura é passageira. A história continua. A tradição se rompe e se refaz todo dia. A tradição do ator, da dramaturgia. Isso é fundamental. Hoje há uma onda de diretores. Isso é saudável, mas não é o fenômeno teatral. O fenômeno teatral é a dramaturgia, são os atores, o público, que são fundamentais para o teatro".

ALTA COSTURA. A crítica teatral de nossos dias tornou-se efêmera, prende-se apenas ao fenômeno teatral da moda, ao qual confere foro de alta cultura. A elite cultural autêntica, porém, fica de fora, desconhecida por essa crítica cujo critério é apenas o desempenho de mercado da produção artística." Abreu também deplora a atitude cínica que parece dominante entre autores, produtores ou artistas de teatro. "Se fosse uma atitude cínica profunda, tudo bem", diz. "O niilismo produziu coisas boas; mas não, limitam-se a coçar o umbigo o tempo todo, e gostam!" Ele faz uma ressalva para Gerald Thomas, que "tem um projeto, não faz concessões, compra brigas, polemiza. Isso é bonito."

GATO POR LEBRE. A influência de Oswald e Mário de

Andrade é transparente. Não se trata de mera cópia ou maneirismo, mas de uma reelaboração antropofágica, extremamente irônica, que resulta numa crítica cáustica da atitude da elite brasileira em relação à produção cultural, à economia, ao modo de vida dos países mais desenvolvidos. A elite brasileira pratica uma antropofagia cultural permanente - diz Abreu - "come gato por lebre, e come rápido, sem deglutir direito, sem poder absorver o que come". Na peça, os governantes acabam sofrendo uma indigestão de tanto ingerir, sem os devidos cuidados, pensadores como Platão, Maquiavel, Descartes, Clausewitz etc. Dessa forma, jamais notaremos - constata Abreu - que, "há 500 anos, para os europeus, Colombo abriu o caminho para as Américas. Mas, como dizia (e bem) Heráclito, o caminho que sobe é o mesmo que desce. Para nós, o que Colombo abriu foi o caminho para a Europa. O que nos impediu até hoje de fazer a travessia?" - pergunta.

OLIGARQUIAS E MOÇADINHAS. "O país não cresceu, os oligarquias continuam muito fortes. Uma moçadinha tomou conta das editorias de cultura nos jor-

nais, tendo uma influência enorme, porque é oligopólio, o poder das empresas de comunicação é muito grande. Aqueles que dominam culturalmente hoje se espelham no passado para fazer cultura, mas isso não é novo. A citação, um recurso muito usado hoje e apresentado como grande novidade, sempre foi normal. Shakespeare usava, Brecht também. Fazem colagem, que também não é novidade, a *Commedia Dell'Arte* já fazia. A própria base da arte é juntar elementos!"

TEATRO PRA CACHORRO. O teatro de nossos dias enfatiza a emoção. O catalão *Fura Del Bals*, que fez tanto sucesso na última Bienal de São Paulo, é um exemplo do uso da emoção como elemento dramático. "Não tenho nada contra a emoção", diz Abreu. "É manifestação de gente viva, e fundamental no teatro, na arte. Mas não se pode esquecer outro elemento fundamental, que caracteriza o *bicho homem*, que é a reflexão. O uso exclusivo da emoção faz do espectador um animal que reage às situações. O animal homem junta as duas coisas. Senão, vai-se fazer teatro para as galinhas, para os cachorros. O melhor teatro junta reflexão e emoção.

(J.C.R.)

INÉDITO

Avante, Soldados, Para Trás!

MARIZA DIAS COSTA



Brasil Agora apresenta com exclusividade este trecho do romance Avante, soldados, para trás, de Deonísio da Silva, ganhador do prêmio Casa das Américas de 1992, na categoria literatura brasileira. O romance, seguindo a esteira já aberta por A retirada de Laguna, de Alfredo D'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay, situa-se no contexto da Guerra do Paraguai, observando nomes históricos, datas e lugares percorridos pela expedição militar de três mil homens que, comandada pelo Coronel Carlos de Moraes Camisão, invadiu o território inimigo, percorrendo 2.000 km em mil dias, sendo obrigada, alguns dias depois de tomar a cidade de Laguna, a bater em retirada.

Escreva aí, francês, o que vou lhe ditar. Um resumo. Servirá de efeméride desta nossa Retirada. Útil para escolares, no fundo; útil daqui a algumas semanas, também para os relatórios militares, apreciações de supervisores e tudo o mais. Sempre é bom registrar o que se passa. O que é disperso, acaba se perdendo, como disse Santo Tomás. Escreva, pois, francês, porque sei que vou morrer. Que minha fala seja esta nas reuniões que depois se seguirem. Viemos libertar o Paraguai. Foi essa a nossa missão. Libertar a liberdade. Nossa vocação de libertadores, como sempre.

- Para servi-lo, mãos às penas, comandante. Combinamos assim, ó: o senhor fala, eu escrevo. O senhor, Senhor; eu, escravo. O senhor, pena; eu, tinteiro.

- Certo, francês. Acertamos, porém, antes, o tratamento. Te chamo de francês ou de visconde?

- Tanto faz. Visconde ainda não sou, apenas engenheiro. Para que título, comandante?

- Para organizar o mundo, francês. Assim já decidido que vós conde não podereis ser ainda. Então, será francês, pois nacionalidade a gente não escolhe. Pensando bem, quereis trocar de nacionalidade comigo?

- O que?

- Sabia que você não ia aceitar, francês. Veio fazer a guerra no Brasil. Não havia guerras na França?

- Havia, meu comandante. Ou melhor, não havia. Guerra não se planeja. Arrebenta como um furúnculo, pois as suas preparações são todas ocultas e mesmo os que fazem suas tramas não têm consciência de que fazem aquilo que enfim acabam fazendo, que é prepará-la.

- Fale menos, francês, e escreva mais. Sois um povo muito prolixo. Outro dia olhava um mapa de astronomia que ensinai lá em França. Começava assim: "Ao anoitecer, quando caem sobre a terra os primeiros orvalhos, levantando nossa cabeça e olhando para a maravilhosa abóboda, cheia dos candeeiros que o bom Deus houve por bem instalar no firmamento, podemos ver à nossa esquerda tais e tais astros, à nossa direita esses e mais aqueles". Cansei, peguei um anuário astronômico alemão. Começava assim: "Tantos graus a leste, outros tantos a oeste, são encontrados esses e aqueles astros, a uma distância assim e assim".

- Os alemães não têm poesia, comandante. O que o senhor viu deve ser um almanaque, pois os alemães gastam mais palavras do que nós para dizer as coisas. Ao escreverem um anuário astronômico, imprimem primeiramente um manual, ensinando como consultar o anuário.

- Está um céu bonito, francês. Deixemos, porém, os anuários e

cuidemos da feridas de nossa guerra, agora registradas, pois como nos ensinou Públio Siro, *etiam sanato vulnere, cicatrix manet*.

- Mesmo curada a ferida, permanece a cicatriz, traduziu o francês. - O senhor aprendeu latim na Escola Militar?

- Não. Apenas estudei. No Brasil não aprendemos nada, apenas estudamos. Não somos como vocês. Mas deixemos os anuários e todo o resto desse ano ímpar, que nem sabemos se completaremos.

- Também eu não gosto de anos ímpares cuja soma de algarismos resultem em número par.

- Coisas da cabala, francês? Afinal se diz cabala, cábala ou cabalá?

- Se diz como se quer. O cuidado é coisa da escrita porque não há conserto posterior. O que escrevemos, ficará para sempre. O que nós dois estamos falando agora, daqui a pouco estará somente em nossa memória. Depois enlouquecemos ou morremos, e tudo se perde. Menos o que escrevemos.

- Menos o que você escrever, francês. Eu nada escrevo, dito apenas.

- Dite, pois, comandante.

- Dito, pois, o que foi dito, dito eu e escreva você. O que eu digo?

- As efemérides de nossa retirada.

- Ah, sim, pois escreva, então, dando assim um destaque, não vá escrever tudo amontoado, porque também assim se perderá. Me diga, francês, em todas as línguas se escreve assim do mesmo jeito que escrevemos na nossa, digo, assim, da esquerda para a direita como se fosse um ataque disciplinado da infantaria das letras contra a cavalaria dos leitores? E me diga também se em todas as línguas se escreve assim na horizontal, como se progredíssemos em direção ao território inimigo, em busca do sentido.

- Não, meu comandante. Em muitas línguas escreve-se da direita para a esquerda. Como a língua

de nosso cozinheiro judeu. Em outras, ao escrever, o escrevente arruma o sentido na vertical, não na horizontal, à semelhança da nossa. Em japonês, por exemplo, eles aprofundam o sentido começando do alto da página e indo até seu pé. Nós escrevemos como quem dança, indo de um lado para outro.

- Dance, então, francês, conforme a música de minha fala e vá escrevendo as efemérides que eu te ditar. A invasão do Paraguai foi decidida a 23 de março.

- O que o senhor ditou, o escravo escreveu.

- Escreva mais, então, que isso ainda diz pouco. A 14 de abril avançamos sobre o rio Apa. Eta nós, francês. Gostou? Avançamos sobre o Apa, que frase, heim, francês! Avante, soldados: para o Apa. Avante, soldados: para o Paraguai. Avante, soldados: para a guerra. Pois não é isso que quer todo soldado? Não é guerra o que todo militar quer? A nós tocôu uma. Quantas gerações se passaram para o Brasil fazer uma guerra! Desde as invasões da França e da Holanda que não tínhamos uma guerra. Temos agora a do Paraguai. E os invasores somos nós, estão pensando o que? Falando nisso, francês, depois, se der tempo, comentaremos essa mudança que fez o Brasil guerrear contra a França, que queria instalar aqui uma França Antártica, e uns tempos depois os franceses estão aqui nos ajudando a invadir o Paraguai, lutando a nosso lado, fazendo pontes para atravessarmos os rios que nos dividem e nos separam. Agora, escreva.

- Está escrito, comandante. A conversa que era para ser feita depois, que seja feita agora, já. A de eu estar do seu lado. Os inimigos de ontem podem ser os aliados de hoje. Veja o senhor que o Uruguai está conosco. Não foi assim há pouco mais de quarenta anos. Da Argentina pode-se dizer o mesmo. Amanhã ou depois, o Paraguai e o Brasil podem estar do mesmo lado.

20.000
ASSINATURAS

EXTRA, EXTRA: BRASIL AGORA
QUER VINTE MIL ASSINATURAS

SÓ VINTE MIL?! FAÇA COMO O
MAGRI: TRINTA MIL. NO MÍNIMO!



BRASIL
ASSINE AGORA AGORA

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

END. _____

_____ Nº _____ APTO _____

MUNICÍPIO _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 22.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 46.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 72.000,00

Como se faz um lutador

Há 20 anos, em pleno "milagre brasileiro", o governo Garrastazu vendia a lavradores ingênuos, necessitados e esperançosos a ilusão de que poderiam "melhorar de vida" na Amazônia. A família de Avelino Ganzer deixou Iraí, na região gaúcha do Alto Uruguai, acreditando nisso: "Desinformados, embarcamos nessa canoa", diz ele, lembrando da época em que, com 23 anos de idade, deixou o Rio Grande do Sul com seus pais e oito dos seus dez irmãos para morar na beira da Transamazônica.

Mas o feitiço do governo virou contra o feiticeiro. Entre os trabalhadores que deveriam virar mão-de-obra barata na região surgiram lideranças como o próprio Avelino Ganzer. Vice-presidente da CUT, Avelino contou sua história a Mouzar Benedito e Paulo Soldano, de onde foram extraídos esses trechos.

A CHEGADA. Chegamos em Itaituba, na margem esquerda do Rio Tapajós, no dia 28 de setembro de 1972. Dos onze irmãos, dois ficaram: uma irmã em Santa Catarina e um irmão em Aratiba, Rio Grande do Sul. Os restantes, fomos todos para a Amazônia. Foi um choque muito grande! Já havia colonos de delegações anteriores, muita gente do Nordeste e do Centro-Oeste. De certa forma, o governo deu uma assistência maior ao pessoal do Sul, levou a gente de avião. O pessoal do Nordeste ia de pau-de-arara mesmo.

Quando chegamos já estava armado um certo conflito, porque havia a promessa de que nós íamos ter o terreno, uma casa, dois hectares de terra já pronta para plantar, uma vaca, um casal de porcos... Não havia nada disso. Nem se sabia onde eram os terrenos! Então houve uma reação do pessoal que havia chegado antes e a gente ficou assustado, mas, como nós não tínhamos consciência, tínhamos plena confiança no governo federal e no estadual.

PRIMEIROS DIAS. A gente atravessou para Mirituba, onde tinha um grande barracão coberto de palha e uma hospedaria, com um fogão de barro, onde ficamos. A rede era a nossa cama. Eles forneceram redes já velhas, podres, e depois cobriram da gente como redes novas. A corrupção já vinha a pleno vapor. Passados alguns dias, puseram a gente num caminhão aberto, com várias famílias. Era uma poeira danada, o caminhão quebrou, e sei que às duas ou três horas da manhã tínhamos entrado uns 170 km Transamazônica adentro. Aí disseram: "É aqui que vocês vão ficar". Desceu todo mundo. Só tinha a Transamazônica, como uma ferida na mata! Eu me lembro muito bem, era 28 de outubro.

ESPERANÇAS. Tinha uma coisa que animava a gente: possuir a terra. Olhando para a mata, terra nova, ninguém sabia a realidade do clima, do solo... No começo já apareceram os problemas, porque era muita gente chegando em caminhões, a assistência médica era um posto em Mirituba e em Itaituba, com alguns médicos. Era uma coisa muito louca, foi muito sofrimento logo de cara. A primeira noite ficamos ali na beira da estrada, na poeira. Mamãe foi atacada por um formigão chamado tucandera, um formigão grande, pesado, muito venenoso. Quando se toma uma ferroada já dá língua. Foram dezenas ou centenas que atacaram a minha mãe. A gente estava dormindo...

Dois ou três dias depois, fomos fazer nosso barraco. Ninguém sabia mexer com palha. A gente botou muita palha em cima, mas na primeira garoa molhou tudo. Passados alguns dias, vimos que tinha um caçador a uns 4 ou 5 km de casa. Fomos lá e ele ensinou a gente a cortar a folha do coqueiro, dobrar e fazer um barraco chamado tapiri. O que alimentava a gente era a esperança. Esperança de melhorar!

CONSCIÊNCIA. Em janeiro de 1973, chegou o pessoal da Igreja Católica, da Prelazia de Santarém, que hoje é Diocese, para fazer a celebração da missa. A gente já tinha feito uma casa, coberta de tabuinhas feitas de uma castanheira que derrubamos na beira da estrada. O frei Pedro celebrou a missa. Na hora de fazer a leitura do Evangelho, ele perguntou se alguém sabia ler. Ninguém falava nada, eu disse: "Eu sei". Depois da missa ele disse que precisava criar a comunidade. Ninguém sabia o que era comunidade, ele explicou. Aí, disse que precisava de no

mínimo duas pessoas para fazer um treinamento, para ser catequista e formar a comunidade.

Na hora de tirar as duas pessoas, indicou: "Vai Avelino Ganzer e quem mais?" O pessoal disse: "Então vai dona Érica Scalabrini". Fui fazer esse curso e a partir daí entrei como animador de comunidade. E nesse processo de animação catequética, de estudo da Bíblia, a partir do conhecimento da Teologia da Libertação, fui tomando consciência.

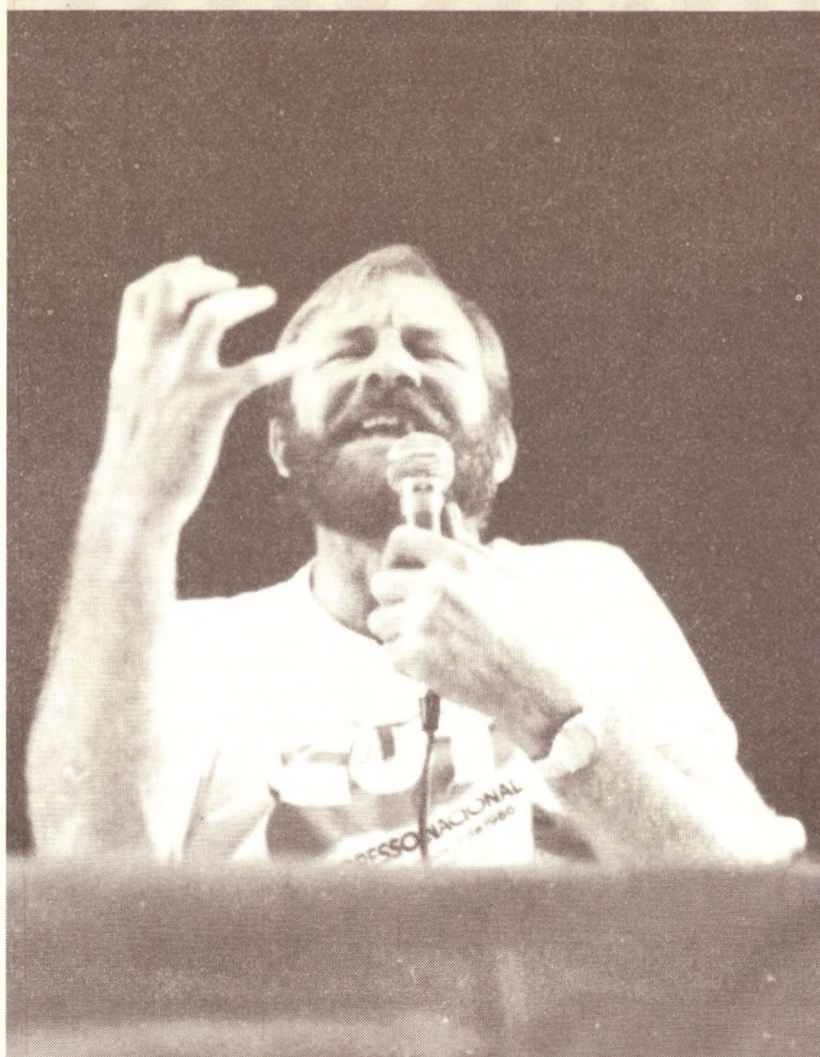
MÃO-DE-OBRA. "Vocês não foram chamados para cá para ser donos de terra. Vocês estão sendo chamados pra cá para formar um exército de mão-de-obra barata. Ou vocês se organizam ou não vão ter futuro." Foi uma loucura na nossa cabeça o padre falando isso, o bispo falando isso.

Era uma estratégia, toda aquela propaganda do governo, de que a gente não tinha consciência, depois a gente foi descobrindo. Tinha aquela política de ocupação da Amazônia e de entrega da região aos grupos econômicos, e era mais barato levar gente pra Amazônia e depois fechar a torneira e esse povo correr para as empresas, para ser mão-de-obra das empresas industriais, mineradoras... Essa era a estratégia do governo. Mas no começo, como meio de propaganda, ele precisava criar uma certa ilusão.

O SINDICATO. Começaram a aparecer os conflitos. Por exemplo: tem a Floresta Nacional do Tapajós, criada por um decreto-lei em 1973, onde o Incra já tinha assentado 200 famílias ou mais. Muitas famílias tinham trazido dinheiro e aplicado no terreno. Aí, em 1974, o Incra diz que aquela área era da reserva nacional do Tapajós e que o pessoal tinha que sair. Ora, tinham sido assentados pelo próprio Incra! Agora tinham que sair, e sem indenização. A gente correu pro sindicato. Mas chegando lá, o sindicato estava mais comprometido com o governo do que com os sindicalizados. Aí é que agente foi descobrir que não basta a gente ser comunidade, tem que organizar sindicato também. E começamos.

FERRAMENTAS. Fui vendo que a organização na Igreja é muito importante, mas só ela não resolve os problemas, tem que ter organização própria dos trabalhadores, e o cristão atuando nessa questão. Entramos no sindicato. Depois, mais à frente, a gente vai descobrindo as ferramentas para a chegada à melhoria dos trabalhadores, a participação na sociedade. Tem várias ferramentas, assim como a gente faz num roçado. Para fazer uma roça, para plantar, se a terra está cheia de árvores, espinhos, cobra, o diabo, você entra com um facão e faz uma parte do trabalho; depois, às vezes, precisa de uma foice; uma parte precisa de machado; depois, uma serra para derrubar uma árvore maior. E depois, ainda, dependendo da região, você pode entrar até com um trator. São os estágios do processo e as ferramentas que você vai usando a cada momento.

Eu acho que foi assim que aconteceu comigo. O trabalho comunitário, o religioso foi a fase do facão. Os dirigentes, os militantes devem compreender isso. Não podem deixar de atuar ao mesmo tempo no sindicato, na organização popular, nas várias formas de organização da sociedade, mas devem ter as ferramentas maiores, o machado, o trator, que é o partido político, que é o momento em que se deve avançar para a chegada ao poder na sociedade.



MILTON SOARES

EXTRA: HOMEM DE CONFIANÇA DE TUMA DES-COBERTO COMO TORTURADOR!



NOVIDAAADE... HEIM?

BRASIL AGORA

